

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

2. Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2022, foi aprovada a incorporação, pela Americanas, dos acervos da controlada direta BFF Logística e Distribuição Ltda. e da controlada indireta Direct Express Logística Integrada S.A. A incorporação resultou em um aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e gerando sinergias para as partes, também permitindo uma redução do número de entidades empresariais que compreendem o grupo econômico em que incorporadora e incorporadas estão inseridas. Em 30/09/2022, foram aprovados, em Assembleia Geral Extraordinária, os termos e condições da incorporação, pela Companhia, das empresas IF Capital Ltda., da Hortigil Hortifruti S.A., da Natural Administradora de Cartões de Crédito S.A., da Natural da Terra Comércio Varejista Hortifruti Ltda., da Natural da Terra Hortifruti Ltda. e da Horti Frutti Corujas Ltda. A AGE aprovou, também, o detalhamento do objeto social da Companhia, previsto no Art. 3º de seu Estatuto Social, de forma a fazer referência às atividades já desenvolvidas indiretamente através das controladas da Companhia objeto da Incorporação. As supracitadas incorporações não resultaram em aumento ou redução do capital social da Companhia ou qualquer alteração no seu estatuto social, tendo como consequência a extinção das controladas incorporadas e a sucessão pela Americanas em todos os seus direitos e obrigações.

3. Controladas:

Grupo Uni.co S.A. (controlada direta a partir de 30/09/2022): O Grupo Uni.co S.A., adquirido em julho de 2021, atuante em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands, passou a ser controlada direta da Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2022. Foi adquirido através da subsidiária integral IF Capital Ltda., também incorporada por aprovação na supracitada AGE. Foram adquiridas 70% das ações do Grupo Uni.co. A aquisição do restante das ações (30%) em 3 anos, através de um acordo de opções simétricas, que conferiu a Companhia uma opção de compra e aos acionistas vendedores do Grupo Uni.co uma opção de venda.

B2W DIGITAL LUX S.à. R.L. - Em Recuperação Judicial (controlada direta): Constituída em outubro de 2020, com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Emitiu em novembro de 2020, no mercado dos Estados Unidos, títulos representativos de dívida (Bonds), no montante de US\$ 500.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2030, ou seja, 10 anos e remuneração anual de 4,375%.

JSM Global S.À. R.L. - Em Recuperação Judicial (controlada direta): Constituída em junho de 2018, com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Emitiu em setembro de 2020, no mercado dos Estados Unidos, títulos representativos de dívida (Bonds), no montante de US\$ 500.000, com vencimento em 20 de outubro de 2030, ou seja, 10 anos e remuneração anual de 4,75%.

SkooB Books 3D (controlada direta a partir de 30/09/2022): A SkooB Books 3D Serviços de Internet Ltda., adquirida em setembro de 2021, maior plataforma digital de conteúdo para leitores do País, passou a ser controlada direta da Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2022. Foi adquirido através da subsidiária integral IF Capital Ltda., também incorporada por aprovação na supracitada AGE.

Vem Conveniência (joint venture): A Companhia, concluiu em 31/01/2022, a formação da parceria com a Vibra para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania. A parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%. A Parceria visa oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas, contando com o somatório de forças da Vibra e da Americanas, que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, escala e estrutura de suprimentos e logística, tecnologia e atuação no varejo digital, além de marcas reconhecidas, e representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de pequeno varejo no Brasil.

Hortigil Hortifruti S.A. (Incorporada à Companhia em 30/09/2022): O Hortigil Hortifruti S.A. ("HNT"), adquirido em novembro de 2021, maior rede varejista especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, possuindo uma rede de 80 lojas em 4 Estados (RJ, SP, MG e ES) e sendo referência digital do setor no País, com as vendas online representando 16% do total foi incorporada pela Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2022. O HNT oferece conveniência, atendimento diferenciado e alta recorrência de compra, por meio da capilaridade, localização estratégica das lojas e integração digital, com um time com vasta experiência no setor, opera com uma estratégia omnichannel, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas lojas, sites, apps e WhatsApp, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

AME Digital (controlada indireta): A AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda., constituída em 31/07/2019, plataforma *mobile* de negócios, tem por objeto social, basicamente, a prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas com vantagens para os consumidores finais. A AME, recebeu, em 06/10/2022, autorização do Banco Central do Brasil para operar como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a AME passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen.

Bit Capital S.A. (controlada indireta): A Bit Capital S.A., adquirida através da controlada AME em dezembro de 2020, *fiat* especializada em soluções de *Core Banking*. É uma plataforma *Open Banking*, modular, baseada em *Blockchain* e *Open APIs*, que oferece soluções para integração nativa ao ecossistema financeiro, de forma simples e segura e tem soluções de integração com o PIX, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central.

Shipp do Brasil Tecnologia Ltda. (controlada indireta): A Shipp do Brasil Tecnologia Ltda., adquirida através da subsidiária integral Supernow em julho de 2021, plataforma *mobile* de *food delivery* e conveniência. A aquisição da Shipp permitirá a entrada da Companhia no modelo de *Ultra Fast Delivery* (entrega em poucos minutos). Além disso, possibilita a melhoria da experiência do consumidor na categoria de *food delivery* a expansão da categoria de mercado para novas localidades e a aceleração das soluções de *O2O (Online to Offline)*, principalmente, a *ship from store*.

Grupo Nexos e subsidiárias (controladas indiretas): A Nexos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda., adquirida através da controlada AME em agosto de 2021, é uma *fiat* que conecta pequenas e médias empresas com investidores, após reestruturação societária na qual deixou de ser subsidiária da Nexos Holding. A Nexos Tecnologia, plataforma digital de crédito completa, inclui diferentes modalidades de empréstimos e o *CaaS (Credit as a Service)* e opera com tecnologia proprietária, incluindo o sistema de score de crédito, que integrada ao modelo híbrido de *funding*, possibilita a oferta de soluções de crédito diferenciadas, com taxas de juros mais competitivas e sem risco de crédito para a Nexos. Dessa forma, a Nexos democratiza o acesso ao crédito e permite que empreendedores invistam no crescimento de seus negócios. Adicionalmente, a Nexos Holding S.A. é titular de 100% do capital social da Nexos Sociedade de Emprestimo entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil para operar como sociedade de empréstimos entre pessoas, possibilitando uma estrutura híbrida de *funding*, por meio de investidores institucionais e individuais (*P2P-Peer-to-Peer*). A conclusão da aquisição da Nexos Holding S.A. e da Nexos Sociedade de Emprestimo entre Pessoas S.A. está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, a Companhia informa que os auditores independentes BDO RCS, prestaram serviços de auditoria externa do exercício de 2022 (e reapresentação das informações comparativas de 2021). A política da Companhia na contratação de serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes garante que não haja conflito de interesses e que os serviços contratados não comprometam a independência dos seus auditores. Assim, a companhia busca que seus auditores prestem serviço de forma objetiva e emitam uma opinião imparcial acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

4. Informações sobre investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas.

	% Participação	31 de dezembro de 2022		
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Controladas diretas				
Submarino Finance	100	12.005	84.478	(9.873)
ST Importações	100	4.050	108.171	4.802
QSM Distribuidora e Logística	100	5.000	25.292	(13.243)
BIT Services	100	210.417	249.692	13.241
Digital Finance	100	500	13.125	(3.574)
B2W Rental	99,96	39.464	16.319	129
Mesa-express	99,99	275	143.593	-
Supernow	100	21.008	30.592	(43.889)
B2W Digital Lux	100	108	(179.442)	(24)
Ame Pay Cayman	100	97.124	29.247	570
BWU Comércio e Entretenimento	100	17.753	45.157	3.568
Freijó Administração e Participações	100	5	2.612	(15)
JSM Global	100	52	(202.389)	11
Louise Holdings	100	523.253	77.901	21
Klanii Services	100	68.371	(40.353)	(9)
Unico	100	117.946	84.630	(14.065)
SkooB	100	43	2.190	(1.195)
Ame Holding	100	1.322.589	569.936	11.108
Americanas Lux	100	120	74	(46)
Click - Rodó Entregas Ltda.	100	44.928	(13.220)	(36.480)
Controladas indiretas				
Ame Digital Brasil	100	1.987.474	599.185	11.678
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	97.124	29.247	570
Ecolivry Courriers	100	40	103	1.431
Courriers Transportes	100	1	861	106
Eco Logística	100	40	(691)	2.067
BIT Capital	100	10.038	80.922	(12.063)
Cheyney Financial	100	44.832	(48.126)	(22)
Auchal Investments	100	1.033	40	(34)
Nexos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	20	6.680	(3.143)
Nexos do Brasil Gestão de Ativos	100	10	(1.079)	-
ST Global Sourcing HK	100	1.045	3.120	(854)
Shipp do Brasil Tecnologia	100	5.699	1.811	(38.184)
Unico Comércio	100	156.996	34.625	(13.024)
Imaginarium Franchising	100	662	2.847	2.053
IMB Textil	100	29.653	68.509	27.034
Mone gestão de franquias e participações	100	11.363	24.315	25.952
Love Brands gestão de sistemas	100	-	-	(2)
Unico Hong Kong	100	4.617	(5.922)	(2.435)
Unico Development (Shenzhen)	100	2.409	641.519	(79.379)
Controlada em conjunto				
VEIM Conveniência	50	940.884	785.802	9.206
Coligada				
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	13.666	23.296	18.891

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 E EM 1º DE JANEIRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.412.711	2.379.064	6.630.363	2.477.168	2.626.157
Títulos e valores mobiliários	8	2.081.719	3.253.854	4.251.702	3.595.767	4.224.180
Contas a receber de clientes	9	5.009.776	6.502.168	1.787.769	5.469.816	7.005.181
Contas a receber - Partes relacionadas	13	39.079	28.246	6.662	286	-
Estoques	10	3.611.203	4.930.933	1.595.585	3.700.280	5.303.972
Impostos a recuperar	11	1.515.161	973.344	916.196	1.666.528	1.112.141
Despesas antecipadas		40.762	31.799	9.673	63.653	85.315
Outros ativos circulantes		34.663	292.002	32.114	75.214	414.569
Total do ativo circulante		14.745.074	18.391.410	15.230.064	17.048.712	20.771.515
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	8	178.189	89.503	80.592	43.547	73.345
Impostos a recuperar	11	3.791.521	4.063.016	260.854	3.794.158	4.078.196
Depósitos judiciais	24(a)	524.900	318.481	82.143	551.227	348.050
Contas a receber - Partes relacionadas	13	16.167	2.266	39.462	13.832	-
Contas a receber de acionistas - Plano de subscrição de ações		9.142	7.990	-	9.142	7.990
Outros ativos não circulantes		25.544	17.458	4	26.373	24.579
Investimentos	14	1.570.561	3.948.625	414.419	535.024	8.558
Imobilizado	15	2.898.466	2.224.853	-	2.952.864	2.671.189
Intangível	16	918.898	-	-	958.577	3.694.433
Ativo de direito de uso	17	5.300.591	4.890.005	190.641	5.358.804	5.840.319
Total do ativo não circulante		15.233.979	15.562.197	1.068.115	14.243.548	16.746.659
TOTAL DO ATIVO		29.979.053	33.953.607	16.298.179	31.292.260	37.518.174

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	28	23.652.904	21.603.099	25.808.906	22.521.175
Custo das mercadorias e serviços vendidos	29	(19.248.640)	(17.592.749)	(20.785.218)	(18.630.221)
Lucro bruto		4.404.264	4.010.350	5.023.688	3.890.954
Recargas (Despesas) operacionais					
Vendas	30	(5.147.674)	(4.496.949)	(4.855.800)	(4.401.745)
Gerais e administrativas	30	(2.796.987)	(1.923.882)	(4.183.560)	(2.044.542)
Resultado de equivalência patrimonial		(254.658)	(330.852)	6.673	(83.812)
Outras despesas operacionais líquidas	30	(3.763.484)	(1.763.890)	(3.801.328)	(1.851.377)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.558.539)	(4.505.223)	(7.810.327)	(4.490.522)
Recargas financeiras		573.879	1.095.046	793.876	1.202.810
Despesas financeiras		(5.812.696)	(2.669.845)	(6.025.869)	(2.785.023)
RESULTADO FINANCEIRO	31	(5.238.817)	(1.574.799)	(5.231.993)	(1.582.213)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social		(12.797.356)	(6.080.022)	(13.042.320)	(6.072.735)
Imposto de renda e Contribuição Social					
Correntes		(58.615)	(102.283)	(100.877)	(92.398)
Diferidos	12	(55.567)	(55.057)	231.659	(72.229)
Prejuízo do exercício		(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Atribuível aos acionistas controladores		(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Prejuízo por ação básico e diluído	32	(14,3973)	(8,3229)	(14,3973)	(8,3229)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
RECEITAS				
Vendas de mercadorias e serviços	28.111.342	25.301.824	31.937.474	26.493.937
Outras receitas / Despesas	(1.508.560)	(301.564)	(2.081.072)	(240.533)
Perdas (ganhos) estimados em créditos de liquidação duvidosa	(14.921)	(73.367)	(179.824)	(75.619)
Total	26.477.861	24.926.893	29.676.578	26.177.785
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(22.544.897)	(20.181.754)	(23.623.962)	(21.075.427)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.157.538)	(4.361.033)	(5.648.826)	(4.372.399)
Total	(26.702.435)	(24.542.787)	(29.272.788)	(25.447.826)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(224.574)	384.106	403.790	729.959
Depreciação e Amortização	(1.466.442)	(966.045)	(1.608.238)	(1.048.002)
Reversão/ Perda por Impairment	(2.362.708)	(1.610.483)	(2.362.708)	(1.623.076)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(4.053.724)	(2.192.422)	(3.567.156)	(1.941.119)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(254.658)	(330.852)	6.673	(83.812)
Recargas financeiras	573.879	1.095.046	793.876	1.202.810
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(3.734.503)	(1.428.228)	(2.766.607)	(822.121)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	1.205.677	787.929	1.784.033	1.091.680
Benefícios	2.665.750	196.310	331.952	196.907
FGTS	90.111	48.889	136.436	72.758

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado									
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
			Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos	Ações em tesouraria			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.340.651	-	47.140	-	-	-	-	(97.688)	(2.804.397)	9.485.706
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.692.685)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado	12.340.651	-	47.140	-	-	-	-	(97.688)	(2.804.397)	(13.692.685)
Acervo Líquido incorporado - Base 31/12/2020	5.264.261	-	90.885	-	108.903	894.857	-	(148.012)	(16.446.758)	(4.206.979)
Movimentação acervo líquido incorporado - 01/01/2021 a 10/06/2021	-	-	13.643	-	-	-	-	(86.754)	-	6.272.152
Absorção de Prejuízos acumulados	(2.804.397)	-	-	-	-	-	-	(72.455)	216.022	157.210
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	2.804.397	-
Gastos com Emissão de Ações	(27.117)	-	-	-	-	-	-	(45.675)	-	(45.675)
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	1.614	-	-	144.590	-	-	-	-	-	(27.117)
Aumento de capital - Plano de ações	30.455	-	-	-	-	-	-	-	-	146.204
Aumento de capital com emissão de plano de ação	77.142	-	(77.142)	-	-	-	-	-	-	30.455
Plano de opção de ações	-	-	43.354	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(227.604)	-	-	43.354
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	5.576	-	(227.604)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.237.362)	5.576
Reserva de lucros incorporados - deliberação de assembleia	-	-	-	-	-	216.022	-	-	(216.022)	(6.237.362)
Reservas de lucros - deliberação de assembleia	-	-	-	-	27.190	-	-	-	(27.190)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(34.031)	-	-	-	(550.636)
Ajuste acervo incorporado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(537.523)
Ajustes acervo LASA em 10/06/2021	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.443.956)	(7.443.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.882.609	-	117.880	144.590	136.093	1.076.848	(227.604)	(347.320)	(28.404.997)	(12.621.901)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	14.882.609	-	117.880	144.590	136.093	1.076.848	(227.604)	(347.320)	(28.404.997)	(12.621.901)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(1.051.306)	-	(1.051.306)
Aumento de capital - Plano de ações	50.886	-	-	-	-	-	-	-	-	50.886
Aumento de capital por subscrição de ações	468.040	-	-	-	-	-	-	-	-	468.040
Aumento de capital por incorporação de reservas	28.902	-	(28.902)	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	57.969	-	-	-	-	-	-	57.969
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	820	-	-	-	-	-	-	-	820
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(589.295)	-	-	(589.295)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	-	(816.684)	816.686	-	-	12
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2.464)	-	(2.464)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.911.538)	(12.911.538)
Absorção de Prejuízos acumulados	-	-	-	(144.590)	(136.093)	(260.164)	-	-	-	540.847
Ajustes acervo incorporado	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.844)	(67.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.430.437	820	146.947	-	-	-	(203)	(1.401.090)	(40.843.532)	(26.666.621)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E EM 1º DE JANEIRO DE 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações do Grupo: A Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil. Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.081-902. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo" ou "Grupo Americanas") operam plataformas digitais (com as marcas Americanas, Submarino, Shoptime), física (com as Lojas Americanas tradicional, express, local, Ame Go e Hortifruti Natural da Terra), franquias (Imaginarium, MiND, Puket e LoveBrands), fulfillment, fintech (Ame Digital) e publicidade (ads). Possui ativos únicos que impulsionam o seu crescimento com rentabilidade. Graças aos ativos únicos, incluindo a base de clientes ativos, foram construídos diferenciais competitivos como: amplo sortimento, capilaridade nacional e baixo custo de aquisição de clientes (CAC). **Recuperação Judicial:** Conforme divulgado por meio de fato relevante veiculado em 11 de janeiro de 2023, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Em uma análise preliminar, a área contábil da Companhia estimou que os valores destas inconsistências eram de aproximadamente R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022. O Conselho de Administração e a nova administração da Companhia passaram, então, a avaliar as inconsistências, sua natureza, a magnitude dos seus efeitos, os stakeholders envolvidos e potencialmente afetados por tais inconsistências, entre outras questões relacionadas às inconsistências contábeis. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração passou a avaliar medidas, inclusive medidas judiciais como a recuperação judicial, tendo em vista tal cenário e os interesses da Companhia. Nesse contexto, a despeito dos esforços e das medidas que a administração tomou diante do cenário enfrentado, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, considerando (i) os desafios da Companhia na interface com credores e fornecedores desde a ocorrência de tais fatos; (ii) a necessidade de atendimento, de forma adequada e organizada, dos interesses de seus credores, acionistas e stakeholders; (iii) a redução da posição de caixa disponível à Companhia; e, ainda, (iv) a necessidade de preservação da continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos compromissos assumidos pela Companhia e da manutenção da continuidade de seu negócio e sua função, a Americanas e suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial, e B2V Digital Lux S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. - Em Recuperação Judicial ("Recuperadoras" e "Grupo Americanas"), ajustaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial"), deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e também para determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

¹ Esclarecimentos a respeito da decisão proferida pela Diretoria de Regulação de Emissores da B3, em 08 de novembro de 2023, no capítulo "Governança e Medidas Tomadas pela Companhia".

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos. A data do pedido de tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao processo recuperacional, qual seja o dia 12 de janeiro de 2023, foi fixada como termo inicial da recuperação judicial, do *stay period* e como marco para aferição da sujeição de créditos aos efeitos do procedimento. Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial, que segue em negociação com os credores e está sujeito a apresentação de aditivo nos autos da Recuperação Judicial, refletindo discussões mantidas entre a Companhia, seus acionistas de referência, seus principais credores e outros stakeholders, além de visar à superação da atual situação econômico-financeira do Grupo Americanas e o impulsionamento de suas atividades. O Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelo Conselho de Administração, foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005, e prevê: (i) a prospeção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de um aumento de capital no valor de R\$ 10 bilhões ("Aumento de Capital - Novos Recursos"), de forma a assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, sendo assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital - Novos Recursos; (ii) a reestruturação e equalização de seu passivo, mediante alteração no volume, prazo, encargos e forma de pagamento de créditos concursais, conforme a seguir: a. Credores Trabalhistas e ME e EPP: os créditos dos credores trabalhistas e dos credores ME e EPP serão quitados de acordo com os termos e condições originais de pagamento, em até 30 (trinta) dias contados da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial; b. Credores Quirografários: i. Credores Fomecedores: Credores Fomecedores com créditos até R\$ 12 mil terão seus créditos quirografários pagos integralmente, em até 30 dias contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial; c. Credores Fomecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que acataram receber R\$ 12 mil em troca da quitação total de seus créditos, receberão este valor em até 30 dias da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial; d. Credores Fomecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optarem por aderir à opção acima, serão pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos créditos quirografários, vencendo-se a primeira parcela no último dia útil do mês subsequente à homologação do Plano de Recuperação Judicial; e. Os Credores Fomecedores que manifestarem, temporariamente, o seu interesse em fornecer ou continuar a fornecer mercadorias para revenda (produtos não financeiros) solicitadas pelo Grupo Americanas, desde que preencham estritamente os requisitos e de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.7 do Plano de Recuperação Judicial, poderão receber até a totalidade dos seus créditos sujeitos à Recuperação Judicial à vista, em até 360 dias da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou 15 dias após o Aumento de Capital - Novos Recursos, o que ocorrer primeiro. 2. Credores Financeiros e demais Credores Quirografários: Com relação aos créditos dos demais credores quirografários, incluindo os financeiros, o Plano de Recuperação Judicial prevê que os credores que estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar previsto no Plano de Recuperação Judicial ("Credores Não Litigantes") podem participar do Leilão Reverso a ser promovido pela Companhia nos termos descritos abaixo e optar, a seu exclusivo critério, pela Opção de Reestruturação Dívida a Mercado ou pela Opção de Reestruturação Dívida Subordinada, conforme termos e condições descritos abaixo: • **Leilão Reverso:** será promovido, em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital - Novos Recursos, uma rodada de pagamento antecipado de até R\$ 2.5 bilhões a serem creditados quirografários que optarem por receber a quitação integral da totalidade ou de parte de seus créditos com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do crédito ofertado pelo credor, de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial ("Leilão Reverso"); • **Opção de Reestruturação Dívida a Mercado:** os credores poderão optar pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos créditos, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, de acordo com os seguintes termos e condições: - Aumento de Capital - Capitalização de Créditos: mediante a capitalização de tal saldo em aumento de capital no valor de até R\$ 10 bilhões, a ser realizado em até 90 dias após o Aumento de Capital - Novos Recursos (Aumento de Capital - Capitalização de Créditos), sendo assegurado aos acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos; - Recomprou de Créditos Quirografários: em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, a Americanas utilizará o montante total de até R\$ 2.5 bilhões provenientes do Aumento de Capital - Novos Recursos, para realizar o pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, com um desconto de 60% sobre o valor de face dos respectivos créditos, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; e - Debêntures Simples: em até 180 dias da conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, a Americanas emitirá Debêntures Simples (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) no valor total de até R\$ 5,9 bilhões para pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a opção de pagamento estabelecida no item acima, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; • **Opção de Reestruturação Dívida Subordinada:** a Americanas ainda emitirá Debêntures Conversíveis (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) para pagamento dos saldos remanescentes dos créditos de Credores Não Litigantes que escolham a Opção de Reestruturação Dívida Subordinada e/ou que não receberam o pagamento da totalidade dos seus créditos nos termos descritos nos itens acima relacionados à Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; Os credores que não estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar, previsto no Plano de Recuperação Judicial ou aqueles que não optarem por nenhuma das opções de pagamento anteriores, terão seus créditos reestruturados, conforme abaixo: • **Modalidade de Pagamento Geral:** os saldos remanescentes serão reduzidos no percentual de 80% e pagos em parcela única, no mês de março de 2024, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; (iii) a alienação potencial e oeração de bens do ativo permanente, inclusive sob a forma de UPIs, incluindo, mas sem limitar-se a: unidade de negócios Hortifruti Natural da Terra e participação da Companhia no Grupo Uni.Co. A Companhia utilizará até R\$ 2 bilhões dos recursos provenientes das alienações de ativos, para maximizar a redução de sua dívida remanescente, sendo o primeiro R\$ 1 bilhão levantado destinado à compra de dívida a mercado e o saldo dos recursos levantados, limitados a R\$ 1 bilhão, para recompra de dívida subordinada. Com isso a Companhia pretende reduzir seu endividamento a mercado, pós reestruturação, para R\$ 4,9 bilhões. Em relação ao Aumento de Capital - Novos Recursos, e conforme divulgado em Fato Relevante no dia 07 de março de 2023, os acionistas de referência da Companhia já anunciaram sua intenção de apoiar tal aumento de capital, como parte do Plano de Recuperação Judicial, oferecendo uma garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade dos recursos. Por meio de fato relevante veiculado no dia 10 de outubro de 2023, a Companhia informou que a proposta em negociação com seus credores para o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial envolve (i) o compromisso dos acionistas de referência de capitalizar o Grupo Americanas, por meio de aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando o financiamento DIP já aprovado); (ii) a capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R\$ 12 bilhões; (iii) a emissão de nova dívida para refinanciar parte das dívidas concursais existentes no valor de R\$ 1,875 bilhão; e (iv) R\$ 8,7 bilhões em dinheiro dedicados à compra antecipada de dívida concursal com desconto. Na medida em que as negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais stakeholders, inclusive titulares de dívidas no exterior, avancem, oportunamente, será apresentado aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, e posteriormente a Companhia pleiteará a convocação de Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre a aprovação do Plano de Recuperação Judicial. A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005. Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou senior notes), poderão exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (AGC), independentemente de decisão judicial específica, por meio da instauração de procedimento administrativo de desmembramento de credor investidor a ser apresentado à Administração Judicial Conjunta, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos antes da data marcada para a realização da AGC, conforme procedimento previsto em edital divulgado nos autos da Recuperação Judicial. Em 25 de janeiro de 2023, foi ajustado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern

District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 ("Recognition Order"). As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site <https://www.americanas.io/recuperao-judicial/chapter-15/>. **Investigação Independente e Aparações Internas:** Conforme noticiado no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, os erros em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores parafizaram, conforme se pôde apurar naquele momento, o valor estimado de R\$ 20 bilhões, na data-base de 30 de setembro de 2022. A partir da identificação de tais erros, iniciou-se um amplo processo de apuração, que permitiu que a Companhia identificasse, ainda que preliminarmente, os atos que resultaram em tais distorções. Após a identificação das inconsistências, a Companhia informou a criação do Comitê Independente pelo Conselho de Administração, em 11 de janeiro de 2023, com integrantes íntegros, para (i) apurar a origem, a extensão e o consequente impacto das inconsistências contábeis no resultado do Grupo Americanas; e (ii) quais seriam as medidas a serem adotadas para corrigir as inconsistências contábeis ("Comitê" ou "Comitê Independente"). A Companhia vem colaborando com os trabalhos do Comitê em tudo o que está a seu alcance. Contudo, a Americanas não tem qualquer ingerência sobre a investigação que vem sendo conduzida pelo Comitê e os seus assessores, nem sobre seu cronograma de trabalho. Ainda, em razão dos efeitos das inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta de fornecedores nas demonstrações financeiras da Companhia relativas a exercícios sociais já encerrados, incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, seus assessores e seus auditores independentes à época da divulgação das inconsistências contábeis, iniciaram os trabalhos de revisão e avaliação das demonstrações financeiras da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2023, com a finalidade de garantir que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas. No que respeita às investigações em condução pelo Comitê Independente, nesta data, o Comitê Independente ainda não concluiu suas investigações e não apresentou um relatório, mesmo que parcial, sobre eles. Oportunamente, como resultado de seus trabalhos de apuração, o Comitê apresentará suas conclusões ao Conselho de Administração da Companhia, para que este possa avaliar e deliberar quanto às medidas cabíveis. No curso das aparações, o Comitê Independente selecionou um conjunto de evidências que considerou relevantes e deu ciência ao Conselho de Administração. Esses documentos, juntamente com outros documentos que foram obtidos pela própria Companhia em seus sistemas durante os trabalhos necessários à elaboração das demonstrações financeiras, contendo tais evidências foram imediatamente submetidos à avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, que, após uma criteriosa análise de tais documentos e de outros obtidos nos sistemas da própria Companhia, produziram o relatório de 12 de junho de 2023, contendo achados preliminares acerca dos fatos narrados no Fato Relevante em 11 de janeiro de 2023 ("Relatório"). Os documentos analisados indicam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas tinham sendo fraudulentas. Os documentos que deram origem ao Relatório demonstram ainda os esforços dos envolvidos na fraude para ocultar do Conselho de Administração e do mercado em geral a real situação de resultado e patrimonial da Companhia. Diante do conjunto de evidências trazidas pelo Relatório, a Companhia divulgou Fato Relevante em 13 de junho de 2023 descrevendo resumidamente seu entendimento até aquele momento sobre o funcionamento da fraude nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Americanas. Ainda, em Fato Relevante apresentado na sequência, no dia 14 de junho de 2023, informou números preliminares e não auditados acerca do tema. Tais evidências, assim como o referido Relatório, também foram apresentados às autoridades que vêm investigando o assunto, inclusive a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), instaurada para investigar as inconsistências contábeis. A CPI foi encerrada em 27 de setembro de 2023, com a apresentação de relatório final contendo projetos de lei para melhorar a governança corporativa e combater a corrupção em empresas privadas, a fim de mitigar riscos de fraudes. Tal relatório final da CPI foi encaminhado pela Companhia às autoridades competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, podendo ser acessado através do seguinte website "camara.leg.br/proposicoes/Web/prop_mostrarintegra/coeditor=2334799&filename=REL-A12023_CPIAMERI". As informações do Relatório, associadas aos trabalhos de reexatização das demonstrações financeiras individuais e consolidadas históricas da Companhia realizadas pela Americanas e seus assessores financeiros e contábeis, levaram ao entendimento de que a fraude das demonstrações financeiras individuais e consolidadas se dava predominantemente com se segue abaixo. No caso concreto, as evidências constantes do Relatório mostram que houve uma efetiva fraude pela qual determinados ex-Diretores, por meio de medidas adotadas de forma conjunta com o propósito de contornar os controles internos existentes, manipularam as bases de informações requeridas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no que se conhece como "*management override of controls*". Tais fatos estão sob investigação conduzida pelo Comitê Independente, que ainda está em curso. Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam que os ex-Diretores, que supostamente participavam do ecossistema de controles internos da Companhia e que tinham entre suas funções justamente implementar e monitorar tais controles, perpetraram fraudes, adites, dentre outros, de registros financeiros fictícios, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes. Os atos que culminaram na ocorrência das distorções descritas, incluem, principalmente, (i) operações financeiras concebidas como risco sacado, que não vinham sendo consistentemente refletidas no balanço da Companhia; e (ii) lançamentos indevidos na rubrica Redutores da conta Fomecedores, por meio de contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes (ambas as práticas explicadas adiante). As operações de risco sacado - também conhecidas como *forfait* ou *confirming* - são relativamente comuns no setor de varejo. Há casos em que, atrelado à operação de risco sacado, a instituição financeira estende o prazo original de pagamento ao fornecedor, atribuindo um prazo adicional de pagamento ao emitente da fatura (no caso do setor de varejo, a varejista). Assim, por meio desses, a instituição financeira assume dívidas da varejista com seu fornecedor, pagando-o imediatamente, e a varejista, posteriormente, paga a dívida à instituição financeira, com juros. São operações legítimas, desde que realizadas com as autorizações exigidas pela lei e pelo estatuto social e adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas contábeis vigentes, em linha com as diretrizes emitidas por autoridades governamentais e reguladoras, dentre elas o Banco Central do Brasil - BACEN e como, no caso das companhias abertas, pela CVM. No caso da Americanas, porém, pelo que as investigações apontam até esta data, essas operações vinham sendo realizadas com a contabilização de forma inconsistente com as normas contábeis em vigor e diretrizes emitidas pela CVM, restando ocultas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, além de não contarem com as autorizações societárias exigidas. Em paralelo, além dos juros incidentes sobre as operações de risco sacado, outros valores eram indevidamente lançados na rubrica Redutores da conta Fomecedores, que zeravam - e com isso ocultavam - as operações de risco sacado na conta Fomecedores. Tais lançamentos consistiam em contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes. VPCs são incentivos comerciais comuns no setor de varejo contratados entre fornecedor e varejistas com a finalidade de divulgação, incentivar o atingimento de metas de vendas ou realização de promoções de determinados produtos, impulsionando suas vendas. Assim, por exemplo, quando a varejista realiza uma estratégia de marketing de um produto (descontos, brindes, anúncios etc.), o fornecedor paga uma certa quantia à varejista, atuando - na prática - como um redutor de custos registrados na conta Fomecedores. Contudo, os documentos analisados pelos assessores jurídicos da Companhia revelaram que, aparentemente, havia na contabilidade da Americanas diversas operações de VPC sem lastro correspondente, as quais eram lançadas indevidamente na conta Redutores e, com isso, diminuindo o Passivo da Companhia decorrente das operações de risco sacado. Nesse sentido, foram realizados registros contábeis em contas indevidas, em desacordo com as orientações da CVM, além de registros contábeis sem lastro, de modo que a situação financeira e patrimonial da Companhia pervenisse saudável. A fraude, portanto, tinha duas grandes dimensões: (i) de um lado, uma dimensão de resultado, na qual eram lançadas operações de VPC sem lastro correspondente; (ii) de outro, uma dimensão de caixa, na qual eram contratadas bilionárias operações de risco sacado. As operações de VPC sem lastro reduzem e até anulavam o passivo do risco sacado lançado na conta Fomecedores. Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam ainda, que a antiga Diretoria da Companhia elaborava dois demonstrativos de resultados da Companhia: um denominado "Visão Interna" - nomenclatura utilizada para representar o "resultado efetivo" do período (isto é, desconsiderados os registros sem lastro) e outro demonstrativo denominado "Visão Consolho" - nomenclatura utilizada para representar o resultado considerando os registros sem lastro, o qual foi apresentado ao Conselho de Administração da Companhia e ao mercado em geral, bem como a outros órgãos de controle e fiscalização da Companhia, como os Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles da Americanas. As investigações do Comitê Independente, que visam a apurar os responsáveis pela fraude, conforme os atos acima descritos, ainda estão em curso, não sendo possível antecipar seus resultados e conclusões. **Governança e Medidas Tomadas pela Companhia:** A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia de forma respeitosa, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) indetectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época. A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelo respectivo órgão interno de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. Dessa forma, a Companhia apresentará recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas, que, em parte, já estão sendo concluídas: a divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas com relatório dos auditores independentes, a divulgação do relatório dos auditores de recomendações para o aprimoramento dos controles internos à luz do "*management override of controls*" verificado; a divulgação de todas as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas pendentes e a divulgação do relatório do comitê independente. Com relação aos seus controlados, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididas em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo. A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e também em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por

tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos. A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os stakeholders e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras. A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blindava uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório as levam a crer que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo "*management override of controls*" pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes. Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia instituiu um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências contábeis então identificadas, com todos os poderes necessários para a condução de seus trabalhos. Além disso, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as aparações em curso e com as autoridades envolvidas. E, ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos. Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Policial, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia. O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis. Ainda como contramedidas, visando fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou a consultoria especializada para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, ITGC e cyber sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novos fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de lives com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outros. Destaque

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

continuação

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			Ref.
	01/01/2021	Ajuste	01/01/2021	Ajuste	01/01/2021		
	Publicado	Repre-sentado	Publicado	Repre-sentado	Publicado		
CIRCULANTE							
Fornecedores	3.930.758	838.584	4.769.342	4.068.103	838.584	4.906.687	1 e 2
Risco Sacado	-	6.818.332	6.818.332	-	6.818.332	6.818.332	1
Empréstimos e financiamentos	415.097	4.040.927	4.456.024	429.058	6.947.979	7.377.037	10
Debêntures	15.858	2.930.328	2.946.186	1.897	389.138	391.035	10
Passivo de arrendamento	61.764	(19.229)	62.535	90.434	(13.767)	76.267	9
Imposto de renda e contribuição social	3.154	-	3.154	4.258	-	4.258	14
Tributos a recolher	77.047	4.718	81.765	98.304	-	98.304	-
Outros passivos circulantes	171.216	54.551	225.767	343.795	54.550	398.345	-
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	548.382	(6.438)	541.944	246.100	-	246.100	-
Total do passivo circulante	5.243.276	14.661.773	19.905.049	5.386.842	15.028.379	20.415.221	
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	4.034.894	(4.034.894)	-	6.941.946	(6.941.946)	-	10
Debêntures	2.930.328	(2.930.328)	-	389.138	(389.138)	-	10
Passivo de arrendamento	177.631	(51.542)	126.089	195.078	(46.650)	148.428	9
Provisão para perdas em investimentos	222.364	114.066	336.430	1.832	-	1.832	-
Demais rubricas do passivo não circulantes não afetados	137.589	-	137.590	206.233	-	206.233	-
Total do passivo não circulante	7.502.806	(6.902.897)	600.109	7.734.227	(7.377.734)	356.493	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ajuste de exercícios anteriores	-	(13.642.361)	13.642.361	-	(13.642.361)	13.642.361	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.804.397)	-	2.804.397	(2.804.397)	-	2.804.397	-
Outros Resultados Abrangentes	(97.688)	(50.324)	(148.012)	(97.688)	(50.324)	(148.012)	-
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	12.387.791	-	(12.387.791)	12.387.791	-	(12.387.791)	-
Total do patrimônio líquido	9.485.706	(13.692.685)	(4.206.979)	9.485.706	(13.692.685)	(4.206.979)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.231.788	(9.933.609)	16.298.179	22.606.775	(6.042.404)	16.564.375	

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	
	Publicado	Repre-sentado	Publicado	Repre-sentado	Publicado	Repre-sentado	
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	2.459.795	(80.731)	2.379.064	2.706.888	(80.731)	2.626.157	3
Contas a receber de clientes	6.518.566	(16.398)	6.502.168	7.021.579	(16.398)	7.005.181	18
Estoque	4.854.951	75.982	4.930.933	5.227.990	75.982	5.303.972	10
Investimentos	4.700.283	(731.658)	3.968.625	8.558	-	8.558	12
Imobilizado	4.026.745	(1.801.892)	2.224.853	4.473.081	(1.801.892)	2.671.189	2, 12
Intangível	4.105.396	(4.105.396)	-	8.369.891	(4.675.458)	3.694.433	1, 6 e 12
Ativo de direito de uso	2.860.422	2.029.583	4.890.005	3.352.110	2.488.209	5.840.319	9
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	99.759	-	99.759	81.335	-	81.335	-
Total do ativo não circulante	21.927.164	(6.364.968)	15.562.197	22.056.924	(15.859.265)	16.746.659	
TOTAL DO ATIVO	41.459.949	(7.506.343)	33.953.607	44.518.812	(7.000.638)	37.518.174	

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	
	Publicado	Repre-sentado	Publicado	Repre-sentado	Publicado	Repre-sentado	
CIRCULANTE							
Fornecedores	8.743.844	2.323.925	11.067.769	8.646.372	2.323.925	10.970.297	1, 2 e 5
Risco Sacado	-	14.171.071	14.171.071	-	14.171.071	14.171.071	1
Empréstimos e financiamentos	1.305.995	3.515.001	4.820.996	946.155	10.624.816	11.570.971	5 e 10
Debêntures	174.013	769.951	786.964	106.759	2.041.952	2.148.711	10
Salários, provisões e contribuições sociais	185.661	(2.382)	183.279	308.177	(2.382)	305.795	6
Tributos a recolher	163.704	415.040	578.744	223.247	415.040	638.287	14
Imposto de renda e Contribuição Social	-	-	-	7.761	-	7.761	-
Provisão para processos judiciais e contingências	64.412	-	64.412	125.085	-	125.085	-
Passivo de arrendamento	632.944	250.677	382.267	766.900	(131.580)	635.320	9
Adiantamento recebido de clientes	136.276	(4.024)	132.252	724.111	(4.024)	720.087	-
Outros passivos circulantes	661.563	237.443	899.006	920.542	237.443	1.157.985	12, 16 e 17
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	676.154	-	676.154	561.745	-	561.745	-
Total do passivo circulante	12.744.566	28.100.348	40.844.914	13.336.854	29.676.261	43.013.115	
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	2.136.070	(2.136.070)	-	9.245.885	(9.245.885)	-	10
Debêntures	769.951	(769.951)	-	2.041.952	(2.041.952)	-	10
Provisão para processos judiciais e contingências	429.731	316.939	461.370	735.440	316.939	767.079	10
Passivo de arrendamento	2.411.935	2.651.212	5.063.147	2.818.421	3.032.707	5.851.128	9
Outros passivos não circulantes	74.046	79.469	153.515	78.104	79.469	157.573	15
Provisão para perdas em investimentos	43.116	(5.112)	38.004	-	-	-	-
Demais rubricas do passivo não circulante não afetados	14.558	-	14.558	351.180	-	351.180	-
Total do passivo não circulante	12.804.407	(7.073.813)	5.730.594	15.270.982	(8.144.022)	7.126.960	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	(14.179.184)	14.179.184	-	(14.179.884)	14,179.884	-
Outros Resultados Abrangentes	(219.440)	(127.880)	347.220	(219.440)	(127.880)	(347.220)	-
Ajustes acervo LASA em 10/06/2021	-	(6.783.012)	6.783.012	-	(6.783.012)	6,783.012	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(7.443.956)	7,443.956	-	(7,443.956)	7,443.956	-
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	16.130.416	-	16.130.416	-	-	16,130.416	-
Total do patrimônio líquido	15.910.976	28.532.887	12.621.901	15.910.976	(28.532.877)	(12,621.901)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.459.949	(7,506.343)	33,953.608	44,518.812	(7,000.638)	37,518.174	

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Controladora	Consolidado									
	31/12/2021	2	4	6	10	12	13	14	Outros	31/12/2021 (*)
	Publicado	Ajustes								
Receita operacional líquida	21.777.885	-	-	-	-	-	-	312.369	(487.055)	21.603.099
(-) Custos das mercadorias e serviços	(14.896.622)	(3.601.024)	-	-	-	-	-	35.938	868.959	(17.592.749)
Lucro bruto	6.881.263	(3.601.024)	-	-	-	-	-	348.307	381.904	4.010.350
Vendas	(4.010.112)	-	-	-	-	-	-	(604.505)	(4.496.949)	-
Gerias e administrativas	(1.655.012)	129.533	-	(180.574)	120.712	-	-	(301.671)	(36.870)	(1.923.882)
Resultado de equivalência patrimonial	(240.483)	-	-	-	-	-	-	-	(80.369)	(330.852)
Outras despesas operacionais líquidas	(144.606)	-	-	(2.272)	(1.441.029)	-	-	(175.963)	(1.763.890)	(1.763.890)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(6.050.213)	129.533	-	(180.574)	236.108	(1,441,029)	-	(301,671)	(9,077,272)	(8,515,373)
Receitas financeiras	830.950	(3,471,491)	-	(180,574)	236,108	(1,441,029)	-	46,636	(625,828)	(4,505,223)
Despesas financeiras	515.918	-	-	-	-	-	-	579,128	-	1,095,046
Despesas financeiras	(1,280,821)	(915,227)	-	(449,134)	-	-	-	(24,625)	(39)	(2,669,845)
Resultado financeiro	(764,902)	(915,227)	-	(449,134)	-	-	-	554,503	(39)	(1,574,739)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	66,047	(3,471,491)	(915,227)	(180,574)	(213,026)	(1,441,029)	-	601,139	(625,861)	(6,080,022)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	112,838	-	-	-	-	-	-	(215,121)	-	(102,283)
Diferidos	364,910	-	-	-	-	-	-	(509,537)	-	(155,057)
Lucro líquido (prejuízo)	477,748	(3,471,491)	(915,227)	(180,574)	(213,026)	(1,441,029)	-	(509,537)	(215,121)	(157,240)
Atividade das atividades operacionais	543,795	(3,471,491)	(915,227)	(180,574)	(213,026)	(1,441,029)	(509,537)	386,018	(436,291)	(6,237,362)

(*) O saldo da DRE do exercício de 2021 inclui as transações das Lojas Americanas, a partir de junho de 2021, data de sua incorporação.

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Controladora	Consolidado									
	31/12/2021	2	4	6	10	12	13	14	Outros	31/12/2021 (*)
	Publicado	Ajustes								
Receita operacional líquida	22.695.861	-	-	-	-	-	-	312.369	(487.055)	22.521.175
(-) Custos das mercadorias e serviços	(15.934.094)	(3.601.024)	-	-	-	-	-	35.938	868.959	(18.630.221)
Lucro bruto	6.761.767	(3.601.024)	-	-	-	-	-	348.307	381.904	3.890.954
Vendas	(3.990.108)	-	-	-	-	-	-	(629.305)	(4,401,745)	-
Gerias e administrativas	(1,774,476)	129,533	-	(180,574)	120,712	-	-	(301,671)	(38,066)	(2,044,542)
Resultado de equivalência patrimonial	(83,812)	-	-	-	-	-	-	-	-	(83,812)
Outras despesas operacionais líquidas	(157,203)	-	-	(2,272)	(1,441,029)	-	-	(175,963)	(1,763,890)	(1,763,890)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	756,168	(3,471,491)	-	(180,574)	236,108	(1,441,029)	-	46,636	(336,340)	(4,490,522)
Receitas financeiras	623,682	-	-	-	-	-	-	579,128	-	1,202,810
Despesas financeiras	(1,280,821)	(915,227)	-	(449,134)	-	-	-	(24,625)	(39)	(2,669,845)
Resultado financeiro	(772,404)	(915,227)	-	(449,134)	-	-	-	554,503	(39)	(1,574,739)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(16,236)	(3,471,491)	(915,227)	(180,574)						

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

na verificação e levantamento dos ativos, avaliação de suas características técnicas e condições de utilização. Um dos principais objetivos da realização dos inventários, além de comprovar a existência física dos ativos, é avaliar a sua vida útil remanescente e ajustar esta vida útil o valor residual se aplicável. **3.12 Arrendamento.** Em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, o Grupo possuía contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa. O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nos contratos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se o Grupo estiver razoavelmente certo de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo. Passivos negociados em conformidade com a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual autoriza em caráter excepcional, alterações em decorrência de benefícios obtidos em contratos de arrendamento relacionados a Covid-19, foram reconhecidos no resultado do exercício (Nota 17 (b)). **3.13 Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment*, é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **3.14 Contas a pagar aos fornecedores.** Para a análise de pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota 18). **3.15 Operações de risco sacado "Forfait".** As operações de risco sacado "forfait", reconhecidas a valor justo, decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação. **3.16 Obrigações por transações de pagamento.** As obrigações com estabelecimentos conveniados que utilizam a plataforma da Companhia e os valores a pagar a usuários finais, relativos a transações de pagamento, são registradas pelo valor justo líquido da transação, quando aplicável. As obrigações para concessão de *cashback* aos clientes participantes do programa de fidelidade são reconhecidas, pelo valor justo, quando o cliente adquire produtos ou serviços em um parceiro comercial credenciado que segue determinadas regras e prazos para liberação. Essas obrigações com os estabelecimentos conveniados, bem como as obrigações para a concessão de *cashback* são registradas no balanço patrimonial, como Adiantamento recebido de clientes, classificadas no passivo circulante.

3.17 Ajuste a valor presente. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato. Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado. As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 13,91% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,9% a.a. em 31 de dezembro de 2021), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" (Nota 9), em contrapartida da conta de "Receita de Vendas" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 31) pela faturação do prazo. **3.18 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *hedg*, de valor justo, tendo contratos de *swap* com instrumentos para fins de proteção às oscilações da taxa de câmbio estão registrados a VJR, conforme demonstrado na nota 5.1(a). Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.19 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O Grupo avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social. **3.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados na nota 12 (a). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Em decorrência dos ajustes realizados, o ativo fiscal ativo fiscal foi revertido contabilmente prevalecendo o direito aos créditos fiscais apurados em conformidade com a legislação aplicável.

3.21 Benefícios a empregados. (a) Remuneração com base em ações. O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações AMER3) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da entrega de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante o valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este o valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência. Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas ou ações resgatadas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*. **(b) Participação nos lucros.** Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia. **(c) Outros benefícios.** A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios Pós-Emprego, benefícios de decisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista. **3.22 Capital social.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 26). Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.23 Reconhecimento da receita.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de mercadorias e serviços.** As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitam ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de valores-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como Adiantamento recebido de clientes* classificadas no passivo circulante. Adicionalmente, a Companhia oferece serviços de tecnologia, transporte, intermediação na venda de produtos e serviços, dentre outros. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios financeiros a Companhia. **(b) Receita financeira.** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.24 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.** Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio.** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio de acordo com a política contábil apresentada na nota 3.13. Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) de varejo físico, varejo digital, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros o ágio apurado na aquisição do investimento foi avaliado para *impairment* utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGC's, conforme demonstrado na nota 14(a). Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 01 de janeiro de 2021. **(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos.** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido e considera o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As pressuposições para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5). **(d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário.** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo em valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utilitária preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das cartieras foram definidos conforme

as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo. (a) Provisão da perda de crédito estimada.** Fundamentada pela Administração sobre prazos esperados nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9). **(b) Perdas estimadas nos estoques.** A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição e nas lojas físicas, bem como em vendas de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10). A provisão para obsolescência nos estoques é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão. **(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível.** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente, a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16). **(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor. **(e) Ativos e passivos contingentes.** O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e civis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, civis e trabalhistas cobrindo assuntos que adêm do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certo, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 24). **(f) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - ICPC 22/IFRIC 23.** No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no ICPC22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avalia os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamentos pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro. No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes. O Grupo não possui *swaptions*, *swaps* com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embudidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades. **(a) Risco de Mercado. (i) Risco cambial.** O Grupo utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras. A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos. Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco inflacionário, transformando o custo da dívida (nota 20) para um referenciado de maior previsibilidade, a uma taxa de CDI + 4,06 a 4,62% ao ano. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2022 um valor de referência de R\$ 6.375.000 na controladora e R\$ 869.250 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 6.200.000 em 01 de janeiro de 2021 R\$ 3.100.000 na controladora e R\$ 694.391 e R\$ 408.900 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte: **Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Posição ativa (Dólar/Euro + Prê).....	323.784	308.731	695.682	323.784
Posição passiva do swap (% CDI).....	(262.349)	(215.518)	(504.012)	(262.349)
Saldo contábil de ajuste de swap (nota 20 (a)).....	61.435	93.213	191.670	61.435

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	312.992	294.281	673.528	312.992
Valor justo	(323.784)	(308.731)	(695.682)	(323.784)
	(10.792)	(14.450)	(22.154)	(10.792)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	312.992	294.281	673.528	312.992
Valor justo	(323.784)	(308.731)	(695.682)	(323.784)
	(10.792)	(14.450)	(22.154)	(10.792)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	312.992	294.281	673.528	312.992
Valor justo	(323.784)	(308.731)	(695.682)	(323.784)
	(10.792)	(14.450)	(22.154)	(10.792)

* Hedge accounting - Swaps Bond's, através das controladas JSM Global e B2W Digital Lux (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Posição ativa (Dólar + Prê).....	-	-	5.163.445	6.645.196
Posição passiva do swap (CDI + Prê).....	-	-	(6.871.880)	(6.949.604)
Saldo contábil de ajuste de swap (nota 19 (a)).....	-	-	(1.708.435)	(304.408)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	-	-	5.247.583	5.613.905
Valor justo	-	-	(6.575.625)	(5.937.663)
	-	-	(1.328.042)	(323.758)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	-	-	5.247.583	5.613.905
Valor justo	-	-	(6.575.625)	(5.937.663)
	-	-	(1.328.042)	(323.758)

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo. **(ii) Risco de variação de índices financeiros.** * Hedge accounting - Swaps debêntures (registrados na conta de debêntures) - Nota 5.4: A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos. Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco inflacionário, transformando o custo da dívida (nota 20) para um referenciado de maior previsibilidade, a uma taxa de CDI + 4,06 a 4,62% ao ano. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2022 um valor de referência de R\$ 6.375.000 na controladora e R\$ 869.250 no consolidado (31 de dezembro de 2021 R\$ 6.200.000 na controladora e R\$ 694.391 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 01 de janeiro de 2021, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Posição ativa (IPC + Prê).....	8.027.557	8.153.920	4.278.034	894.963
Posição passiva do swap (CDI + Prê).....	(7.736.563)	(7.825.605)	(4.077.365)	(864.682)
Saldo contábil de ajuste de swap.....	290.994	328.315	200.669	30.281

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	7472.902	7066.081	3.166.613	834.967
Valor justo	(8.319.182)	(7.505.201)	(3.014.707)	(931.999)
	(846.280)	(439.120)	151.906	(97.032)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022
Objeto do hedge (divida).....	7472.902	7066.081	3.166.613	834.967
Valor justo	(8.319.182)	(7.505.201)	(3.014.707)	(931.999)
	(846.280)	(439.120)	151.906	(97.032)

(iii) Risco de taxa de juros. O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 91% do total), indexadas à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito. **(b) Risco de crédito.** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de rating e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato de grande parte das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis. **(c) Risco de liquidez.** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. A Tesouraria investe o excesso de caixa em conta bancárias com incidência de juro, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contractual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora		Acima de cinco anos	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores.....	6.476.179	-	-	-
Risco Sacado.....	15.909.739	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios.....	10.494	19.344	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios opção de compra.....	-	115.818	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	21.023.284	-	-	-
Arrendamentos a pagar.....	1.215.253	1.180.751	3.113.943	5.877.328
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores.....	11.067.769	-	-	-
Risco Sacado.....	14.171.071	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios.....	-	7279	7279	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	12.889.960	-	-	-
Arrendamentos a pagar.....	1.000.919	962.343	2.655.292	5.936.176
Em 01 de janeiro de 2021				
Fornecedores.....	4.769.342	-	-	-
Risco Sacado.....	6.816.332	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios.....	1.234	6.605	6.605	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures.....	7.402.210	-	-	-

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

continuação

	Custo de reserva de hedge	Taxa de juros swaps	Total reserva de hedge
Debêntures			
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado).....	132.442	(32.184)	100.258
Movimentação no exercício	84.2455	(474.323)	(390.078)
Acevo líquido incorporado – AGE 10/06/2021.....	172.060	(143.214)	28.846
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA.....	(133.052)	-	(133.052)
Reclassificação do ORA para resultado.....	-	(501.682)	(501.682)
Tributos diferidos.....	45.237	170.573	215.810
Em 31 de dezembro de 2021	216.687	(506.507)	(289.820)
Movimentação no exercício	(24.633)	(244.092)	(268.725)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA.....	(37.323)	-	(37.323)
Reclassificação do ORA para resultado.....	-	(369.836)	(369.836)
Tributos diferidos.....	12.690	125.744	138.434
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Subtotal (1) - Debêntures) - Bond's	192.054	(750.599)	(558.545)
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado).....	(289.242)	91.878	(197.946)
Movimentação no exercício	(106.048)	345.574	239.526
Acevo líquido incorporado – AGE 10/06/2021.....	(537.304)	326.025	(211.279)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA.....	653.418	-	653.418
Reclassificação do ORA para resultado.....	-	29.621	29.621
Tributos diferidos.....	(222.162)	(10.072)	(232.234)
Em 31 de dezembro de 2021	(395.872)	437.452	41.580
Movimentação no exercício	(903.858)	480.272	(423.586)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA.....	(1.369.482)	-	(1.369.482)
Reclassificação do ORA para resultado.....	-	727.685	727.685
Tributos diferidos.....	465.624	(247.413)	218.211
Em 31 de dezembro de 2022 (Subtotal (2) - Bond's)	(1.299.730)	917.724	(382.006)
Em 31 de dezembro de 2022	(1.107.676)	167.125	(940.551)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa.....	-	5.873.572	-	5.873.572
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados.....	770.606	4.814.914	-	5.585.520
Recursos em caixa e bancos.....	242.910	-	-	242.910
	1.013.516	10.688.486	-	11.702.002
			Valor justo por meio do resultado abrangente	
	Custo amortizado	do resultado		Total
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional.....	10.245.328	-	-	10.245.328
Moeda estrangeira.....	5.164.653	323.784	-	5.488.437
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	(55.993)	1.708.436	1.652.443
Risco Sacado.....	15.909.739	-	-	15.909.739
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....	15.465.185	-	-	15.465.185
Contas a pagar de combinação de negócios.....	257.583	115.818	-	373.401
Debêntures.....	5.393.597	-	-	5.393.597
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	-	(30.281)	(30.281)
	52.436.085	383.609	1.678.155	54.497.849

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa.....	-	6.691.376	-	6.691.376
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados.....	826.315	6.618.014	-	7.444.329
Recursos em caixa e bancos.....	232.306	-	-	232.306
	1.058.621	13.309.390	-	14.368.011
			Valor justo por meio do resultado abrangente	
	Custo amortizado	do resultado		Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional.....	5.459.692	-	-	5.459.692
Moeda estrangeira.....	5.592.272	308.731	-	5.901.003
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	(94.132)	304.408	210.276
Risco Sacado.....	14.171.071	-	-	14.171.071
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....	19.504.068	-	-	19.504.068
Contas a pagar de combinação de negócios.....	285.894	107.047	-	392.941
Debêntures.....	2.181.767	-	-	2.181.767
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	-	(33.056)	(33.056)
	47.219.764	321.646	271.352	47.782.762

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Consolidado Total
Em 01 de janeiro de 2021				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa.....	-	11.120.478	-	11.120.478
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados.....	155.111	1.726.119	-	1.881.230
Recursos em caixa e bancos.....	5.778	-	-	5.778
	160.889	12.846.597	-	13.007.486
			Valor justo por meio do resultado abrangente	
	Custo amortizado	do resultado		Total
Em 01 de janeiro de 2021				
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional.....	4.017.955	-	-	4.017.955
Moeda estrangeira.....	2.592.566	695.682	-	3.288.248
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	(191.670)	262.504	70.834
Risco Sacado.....	6.818.332	-	-	6.818.332
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....	5.830.060	-	-	5.830.060
Contas a pagar de combinação de negócios.....	14.444	-	-	14.444
Debêntures.....	415.080	-	-	415.080
Instrumentos financeiros derivativos – swap.....	-	-	(24.045)	(24.045)
	19.688.437	504.012	238.459	20.430.908

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em caixa.....	131.016	104.006
Recursos em bancos.....	47.763	33.957
Certificados de Depósito Bancário - CDB's (i).....	2.233.932	2.241.101
Fundos de renda fixa.....	2.412.711	2.379.064
	5.825.422	5.758.128

(i) Remunerados a uma taxa de até 106,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 106,5% do CDI 31 de dezembro de 2021 e 107,5% do CDI em 01 de janeiro de 2021). Os CDB's classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB's (i).....	1.173.399	960.472
Letras Financeiras (ii).....	674.515	2.267.528
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC (a)).....	178.188	89.503
Cotas FIDC (demais carteiras (b)).....	-	47.162
Fundos de renda fixa (iii).....	33.806	25.854
	2.259.908	3.343.357

(i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 106,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 106,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 107,5% do CDI em 01 de janeiro de 2021), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante. (ii) As Letras Financeiras, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remuneradas a uma taxa de até 116% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 107,0% do CDI em 01 de janeiro de 2021), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante. (iii) Controladora e controladas aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento. (a) **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fênix FIDC do Varejo II**. Em outubro de 2018, foi aprovada pela administração da Companhia a estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II ("Fênix FIDC do Varejo II"), com prazo de duração de 20 (vinte) anos, cujo objetivo definido em regulamento é a aquisição de direitos de crédito de titularidade da Companhia, entre outros, originários por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de credenciadores de estabelecimentos comerciais. O "Fênix FIDC do Varejo II", iniciou suas operações em fevereiro de 2019, e emitiu 1.100.000 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 cotas seniores com rentabilidade alvo teoricamente de 106,5% da variação do DI e 82.500 cotas subordinadas de propriedade da Companhia. Na data da constituição do Fundo, 30.000 cotas foram subscritas pela Americanas (Antiga B2W Digital) e 52.500 subscritas por Lojas Americanas (posteriormente incorporada pela Americanas), correspondendo as cotas seniores e subordinadas a um Patrimônio líquido, na data da constituição, de R\$ 1.100.000 do "Fênix FIDC do Varejo II". Em 18 de fevereiro de 2022 o Fundo emitiu mais 1.081.100 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.000.000 cotas seniores com rentabilidade alvo teoricamente de CDI + 1,5% da variação do DI e 81.100 cotas subordinadas de propriedade da Companhia. A totalidade do valor das cotas seniores correspondente ao principal investido será amortizada/resgatada em uma única data, no dia útil correspondente ao término do período de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão. O valor das cotas seniores correspondente à rentabilidade acrescida às cotas seniores após sua data de emissão será amortizado semestralmente, a partir da data de emissão. A estrutura do Fênix FIDC do Varejo II, bem como a remuneração das cotas está assim representada:

Cotas	Quantidade	%	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	Benchmark - DI
Sênior.....	2.017.500	92,20%	2.129.119	1.046.070	1.025.218	CDI + 1,5%
Subordinada.....	162.019	7,80%	178.188	89.503	91.933	-
		100,00%	2.307.307	1.135.573	1.117.151	

Balancos Patrimoniais em:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	258	4.157	4.723
Títulos e valores mobiliários.....	1.143.197	549.058	455
Contas a receber.....	3.055	-	-
Americanas S.A.....	1.161.285	579.506	270.625
Lojas Americanas.....	-	-	386.726
Outros.....	2	3.636	2
Total do ativo.....	2.307.797	1.136.357	1.117.264
Passivo			
Contas a pagar (Circulante).....	490	784	113
Financiamentos (Não circulante).....	2.129.119	1.046.070	1.025.218
Patrimônio líquido.....	178.188	89.503	91.933
Total do passivo e patrimônio líquido.....	2.307.797	1.136.357	1.117.264

Demonstrações dos resultados nos exercícios findos em:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras.....	10.152	1.240
Despesas financeiras.....	(2.566)	(3.670)
Lucro (prejuízo) dos exercícios (i).....	7.586	(2.430)

(i) Resultado consolidado em Lojas Americanas no período de 01/01/2021 a 10/06/2021 e na Americanas no período de 11/06/2021 a 31/12/2021. (b) **Cotas FIDC da Controlada Ame Digital**. (i) **Faixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado**. A Controlada detém 41.427 cotas em 31 de dezembro de 2022 (41.427 cotas em 31 de dezembro de 2021), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(ii) **Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**. Em 31 de dezembro de 2021 a Controlada detinha 2.693 cotas. O Fundo teve por objeto captar recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios de terceiros, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Foi constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas pudessem ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento. As cotas de participação no fundo foram resgatadas no primeiro trimestre de 2022. (iii) **Spinner Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado**. A Controlada detém 1.386 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas pudessem ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo. (iv) **Foco Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado**. A Controlada detém 29.319 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo. (v) **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Futuro**. A Controlada detém 88.602 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo. (vi) **Sav Nexos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**. A Controlada detém 1.004 cotas Mezanino e 49.714 cotas Sênior em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo. (vii) **Foca Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**. A Controlada detém 10.120.569 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo. (c) **Movimentação dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**. A movimentação dos ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado).....	4.332.294	4.491.969
Adições.....	13.586.300	15.970.920
Alienações.....	(15.912.103)	(17.804.717)
Acevo incorporação - AGE 10.06.2021.....	1.586.167	1.920.394
Acevo aditivo de controladas adquiridas.....	-	34.394
Transferência para caixa e equivalentes de caixa.....	(249.301)	(315.435)
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado).....	3.343.357	4.297.525
Adições.....	18.022.030	20.992.175
Alienações.....	(19.144.291)	(21.848.128)
Acevo aditivo de controladas incorporadas (Nota 14).....	31.643	38.239
Transferência para caixa e equivalentes de caixa.....	7.169	159.593
Em 31 de dezembro de 2022.....	2.259.908	3.639.314

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Cartões de crédito (i).....	2.225.803	4.720.046
Carteira Digital (ii) (nota 13).....	1.455.725	1.062.048
Fundo de Investimento - FIDC (nota 8 (a)).....	1.161.285	579.506
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento.....	28.162	13.299
Demais contas a receber (iii).....	173.460	167.551
	5.044.435	6.542.450
Ajuste a valor presente (iv).....	(15.728)	(15.109)
Provisão de perda de crédito estimada.....	(18.931)	(25.173)
	5.009.776	6.502.168

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. (ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital. (iii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas. (iv) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC. O aging list do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

continuação

	Consolidado							
	Terrenos e edificações	Instalações e móveis	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.704	49.053	276.002	77.315	22.149	3.827	441	434.491
Provisão de impairment	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(77.315)	(13.879)	(377)	(441)	(401.016)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	7.127	14.628	-	8.270	3.450	-	33.475
Aquisições	51.340	140.679	100.678	100.678	31.063	1.293	120.503	445.556
Transferências	-	40.465	62.920	73.526	(32.159)	9	(144.761)	-
Baixas	-	(37.822)	(79.560)	(61.455)	(3.709)	(209)	(88.345)	(271.500)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	11.964	361.903	465.709	1.478.845	-	2.187	122.074	2.542.682
Acervo advindo de controladas adquiridas	220	53.126	95.133	170.222	27.808	2.848	12.945	362.302
Depreciação	(3.521)	(31.618)	(89.654)	(84.154)	-	(1.873)	(1.433)	(212.253)
Provisão de impairment	-	-	-	(229.013)	-	-	-	(229.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.663	445.061	609.855	1.448.649	31.273	7.705	19.983	2.671.189
Aquisições	53.000	63.521	185.092	194.618	81.661	3.715	41.609	623.216
Transferências	-	25.501	17.512	72.519	(73.218)	26	(42.340)	-
Baixas	-	(4.894)	(23.058)	(131.413)	-	(8.229)	(6.545)	(174.139)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	(3.257)	(4.485)	(11.047)	-	-	-	(18.789)
Depreciação	(6.334)	(56.499)	(137.270)	(173.750)	-	(1.194)	(2.579)	(377.626)
Reversão de impairment	-	-	-	229.013	-	-	-	229.013
Saldos em 31 de dezembro de 2022 Reapresentado	155.329	469.433	647.846	1.628.589	39.716	2.023	10.128	2.952.864

	Consolidado							
	Terrenos e edificações	Instalações e móveis	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.704	49.053	276.002	77.315	22.149	3.827	441	434.491
Provisão de impairment	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(77.315)	(13.879)	(377)	(441)	(401.016)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	7.127	14.628	-	8.270	3.450	-	33.475
Aquisições	51.340	140.679	100.678	100.678	31.063	1.293	120.503	445.556
Transferências	-	40.465	62.920	73.526	(32.159)	9	(144.761)	-
Baixas	-	(37.822)	(79.560)	(61.455)	(3.709)	(209)	(88.345)	(271.500)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	11.964	361.903	465.709	1.478.845	-	2.187	122.074	2.542.682
Acervo advindo de controladas adquiridas	220	53.126	95.133	170.222	27.808	2.848	12.945	362.302
Depreciação	(3.521)	(31.618)	(89.654)	(84.154)	-	(1.873)	(1.433)	(212.253)
Provisão de impairment	-	-	-	(229.013)	-	-	-	(229.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.663	445.061	609.855	1.448.649	31.273	7.705	19.983	2.671.189
Aquisições	53.000	63.521	185.092	194.618	81.661	3.715	41.609	623.216
Transferências	-	25.501	17.512	72.519	(73.218)	26	(42.340)	-
Baixas	-	(4.894)	(23.058)	(131.413)	-	(8.229)	(6.545)	(174.139)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	(3.257)	(4.485)	(11.047)	-	-	-	(18.789)
Depreciação	(6.334)	(56.499)	(137.270)	(173.750)	-	(1.194)	(2.579)	(377.626)
Reversão de impairment	-	-	-	229.013	-	-	-	229.013
Saldos em 31 de dezembro de 2022 Reapresentado	155.329	469.433	647.846	1.628.589	39.716	2.023	10.128	2.952.864

	Consolidado							
	Terrenos e edificações	Instalações e móveis	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.704	49.053	276.002	77.315	22.149	3.827	441	434.491
Provisão de impairment	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(77.315)	(13.879)	(377)	(441)	(401.016)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	7.127	14.628	-	8.270	3.450	-	33.475
Aquisições	51.340	140.679	100.678	100.678	31.063	1.293	120.503	445.556
Transferências	-	40.465	62.920	73.526	(32.159)	9	(144.761)	-
Baixas	-	(37.822)	(79.560)	(61.455)	(3.709)	(209)	(88.345)	(271.500)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	11.964	361.903	465.709	1.478.845	-	2.187	122.074	2.542.682
Acervo advindo de controladas adquiridas	220	53.126	95.133	170.222	27.808	2.848	12.945	362.302
Depreciação	(3.521)	(31.618)	(89.654)	(84.154)	-	(1.873)	(1.433)	(212.253)
Provisão de impairment	-	-	-	(229.013)	-	-	-	(229.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.663	445.061	609.855	1.448.649	31.273	7.705	19.983	2.671.189
Aquisições	53.000	63.521	185.092	194.618	81.661	3.715	41.609	623.216
Transferências	-	25.501	17.512	72.519	(73.218)	26	(42.340)	-
Baixas	-	(4.894)	(23.058)	(131.413)	-	(8.229)	(6.545)	(174.139)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	(3.257)	(4.485)	(11.047)	-	-	-	(18.789)
Depreciação	(6.334)	(56.499)	(137.270)	(173.750)	-	(1.194)	(2.579)	(377.626)
Reversão de impairment	-	-	-	229.013	-	-	-	229.013
Saldos em 31 de dezembro de 2022 Reapresentado	155.329	469.433	647.846	1.628.589	39.716	2.023	10.128	2.952.864

(f) A controladora e no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias e serviços vendidos totalizam o montante de R\$ 5.366 e de R\$ 7.599 respectivamente (R\$ 5.183 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 3.396 em 01 de janeiro de 2021). A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. Esses testes são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional em 01 de janeiro de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, registrando a provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangível. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem bens dados em garantia.

16. INTANGÍVEL

	Controladora						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de uso de Licença	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	81.439	78.615	6.270	2.148.171	-	955	2.316.450
Provisão de impairment	(81.439)	(78.615)	(6.270)	(2.148.171)	-	(955)	(2.316.450)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	450.309	-	468.176	-	-	918.485
Baixas	-	(324.180)	-	(187.514)	-	-	(511.694)
Amortização	-	(129.004)	(5.611)	(292.370)	-	-	(426.985)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	-	819.448	35.229	18.749	-	444	873.870
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	201.432	-	-	-	-	-	201.432
Provisão de impairment	(201.432)	(816.573)	(29.618)	(7.041)	-	(444)	(1.055.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	-	575.418	-	649.045	-	1.224	1.225.683
Adições	-	575.418	-	649.045	-	1.224	1.225.683
Capitalização de juros (i)	-	-	-	184.862	-	-	184.862
Baixas	-	(279.829)	-	(468.373)	-	(474)	(748.676)
Amortização	-	(208.068)	-	(258.889)	-	-	(466.957)
Acervo incorporado - AGE 30/04/2022	195.038	377	-	1.293	-	-	196.708
Acervo incorporado - AGE 30/09/2022	1.614.400	21.002	-	645.240	7.390	-	2.287.032
Provisão de impairment	(1.650.828)	-	-	(107.938)	-	(769)	(1.759.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	158.610	108.901	-	645.240	6.147	918.898	1.917.800

	Controladora						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de uso de Licença	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	81.439	78.615	6.270	2.148.171	-	955	2.316.450
Provisão de impairment	(81.439)	(78.615)	(6.270)	(2.148.171)	-	(955)	(2.316.450)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	450.309	-	468.176	-	-	918.485
Baixas	-	(324.180)	-	(187.514)	-	-	(511.694)
Amortização	-	(129.004)	(5.611)	(292.370)	-	-	(426.985)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	-	819.448	35.229	18.749	-	444	873.870
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	201.432	-	-	-	-	-	201.432
Provisão de impairment	(201.432)	(816.573)	(29.618)	(7.041)	-	(444)	(1.055.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	-	575.418	-	649.045	-	1.224	1.225.683
Adições	-	575.418	-	649.045	-	1.224	1.225.683
Capitalização de juros (i)	-	-	-	184.862	-	-	184.862
Baixas	-	(279.829)	-	(468.373)	-	(474)	(748.676)
Amortização	-	(208.068)	-	(258.889)	-	-	(466.957)
Acervo incorporado - AGE 30/04/2022	195.038	377	-	1.293	-	-	196.708
Acervo incorporado - AGE 30/09/2022	1.614.400	21.002	-	645.240	7.390	-	2.287.032
Provisão de impairment	(1.650.828)	-	-	(107.938)	-	(769)	(1.759.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	158.610	108.901	-	645.240	6.147	918.898	1.917.800

	Consolidado						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de uso de Licença	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	580.203	102.787	6.270	2.163.440	1.087	8.654	2.861.860
Provisão de impairment	(580.203)	(82.962)	(6.270)	(2.038.123)	(1.087)	(8.054)	(2.696.709)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	39.825	-	125.326	-	-	165.151
Adições	122.827	461.055	-	563.876	-	-	1.147.758
Baixas	-	(324.180)	-	(193.957)	-	-	(455.137)
Acervo incorporado - AGE 10/06/2021	173.161	841.857	35.229	339.695	645.240	9.995	2.045.177
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	360.338	-	-	-	-	-	360.338
Ágio em aquisições de investimentos	1.921.680	-	-	-	-	-	1.921.680
Amortização	-	(139.868)	(5.611)	(315.239)	(470)	(7.071)	(468.059)
Adição advinda de controlada adquirida	-	1.934	-	33.911	138.735	84.611	259.191
Provisão de impairment	(408.225)	(816.573)	(29.618)	(46.608)	-	(444)	(1.301.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	2.169.581	64.250	-	590.006	783.505	87.091	3.694.433
Adições	-	554.407	-	827.582	-	1.770	1.383.759
Baixas	-	(373.720)	-	(648.939)	-	(22.030)	(1.044.689)
Amortização	-	(239.063)	-	(304.199)	(941)	(1.178)	(545.381)
Ajuste de Ágio em aquisições de investimentos	(15.873)	-	-	-	-	-	(15

continuação

24. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, civis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e locatícias, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos. A Administração através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constitui provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais em as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, aplicações de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

(a) **Depósitos Judiciais:** Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	470.601	293.815	77.164	477.317
Trabalhistas	25.200	11.771	2.839	26.089
Cíveis	29.099	13.495	2.140	47.821
Total	524.900	318.481	82.143	551.227

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	77.164	2.839	2.141	82.144
Trabalhistas	139.728	12.471	39.766	191.965
Cíveis	(70.239)	(33.781)	(101.022)	(205.042)
Total	146.653	(23.731)	(61.217)	166.027

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 01 de janeiro de 2021 reapresentado	77.164	2.839	2.141	82.144
Adições	139.728	12.471	39.766	191.965
Reversões	(70.239)	(33.781)	(101.022)	(205.042)
Total	146.653	(23.731)	(61.217)	166.027

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	78.476	1.371	4.146	83.993
Adições	140.052	12.470	40.182	192.702
Reversões	(70.238)	(33.865)	(101.874)	(205.977)
Total	148.290	(20.024)	(97.526)	170.718

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	78.476	1.371	4.146	83.993
Adições	140.052	12.470	40.182	192.702
Reversões	(70.238)	(33.865)	(101.874)	(205.977)
Total	148.290	(20.024)	(97.526)	170.718

(b) **Provisões constituídas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	1.084.232	370.923	3.648	1.224.978
Trabalhistas	216.739	96.572	17.987	266.210
Cíveis	47.944	58.287	35.744	48.346
Imobiliário	433.858	-	433.858	-
Total	1.782.773	525.782	573.979	1.973.392

Parcela do circulante: 191.276 / 64.412 / 19.949 / 193.519 / 125.085 / 55.769
 Parcela do não circulante: 1.591.497 / 461.370 / 37.430 / 1.779.873 / 767.079 / 105.454

Fiscais: Os principais processos fiscais do Grupo, incluídos os saldos da parcela circulante de Lojas Americanas, estão representados por processos: (i) decorrente de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial; (ii) decorrente do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo, e; (iii) decorrente da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas. **Trabalhistas:** O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis: A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2022, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	3.648	17.987	35.744	57.387
Trabalhistas	31.653	42.533	25.362	92.548
Reversões	(30.890)	(6.139)	(3.126)	(40.155)
Adições	1.084.232	370.923	3.648	1.224.978
Reversões	(216.739)	(96.572)	(17.987)	(266.210)
Cíveis	47.944	58.287	35.744	48.346
Imobiliário	433.858	-	433.858	-
Total	1.782.773	525.782	573.979	1.973.392

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	33.241	84.905	43.077	161.223
Adições	31.659	94.785	27.784	154.228
Reversões	(65.722)	(12.278)	(8.217)	(66.217)
Adições	2.658	2.288	3.020	7.966
Total	370.923	96.572	57.387	525.782

(c) **Passivos contingentes não provisionados:** Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza variada no montante aproximado de R\$ 6.981.868 (R\$ 5.399.664 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 7.366.535 no consolidado (R\$ 5.881.544 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas e judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis", sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	33.241	84.905	43.077	161.223
Adições	31.659	94.785	27.784	154.228
Reversões	(65.722)	(12.278)	(8.217)	(66.217)
Adições	2.658	2.288	3.020	7.966
Total	370.923	96.572	57.387	525.782

Exigência de imposto decorrente da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual: 81.775

Decreto Lei nº 1455, de 07 de abril de 1976

Autos de infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi olocado na Declaração de Importação: 2.220.289

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Exigência de imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indutível na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL: 94.583

Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo: 869.333

Exigência de imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da insobediência do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ: 75.167

PIS e COFINS

Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS: 411.016

A Companhia e suas controladas mantêm certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

25. RECEITA ANTECIPADA

A Companhia firmou em 22 de dezembro de 2020, Contrato de Acordo Operacional de Representante de Seguros com a seguradora MAPFRE Seguros Gerais S.A., com o objetivo de explorar a oferta de Produtos de Seguro de Garantia Estabilidade e Roubo e Furto, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia. Por conta desse contrato, a Companhia recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 193.772 que será apropriada ao resultado mediante cumprimento de metas. Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes":

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Lojas Americanas S.A.	-	355.821.073	349.791.945
Acionistas de referência	272.167.492	129.969.806	-
Administradores	18.908.111	20.183.068	8.516.853
Capital Group	89.434.021	-	-
ATA CREF	54.574.000	-	-
BLACKROCK	46.082.879	-	-
Ações em tesouraria	7.416	5.553.257	-
Outros acionistas ("free floating")	421.355.575	393.124.836	201.549.295
Total	902.529.503	904.652.040	559.858.093

(b) **Movimentação das ações de capital:** Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	559.858.093	559.858.093	12.340.651	12.340.651
Adições	272.167.492	129.969.806	2.839	2.839
Reversões	(18.908.111)	(20.183.068)	(101.022)	(205.042)
Total	523.111.374	529.644.831	102.147	100.133

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (904.652.040 e 559.858.093 ações, em 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, respectivamente). A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Lojas Americanas S.A.	-	355.821.073	349.791.945
Acionistas de referência	272.167.492	129.969.806	-
Administradores	18.908.111	20.183.068	8.516.853
Capital Group	89.434.021	-	-
ATA CREF	54.574.000	-	-
BLACKROCK	46.082.879	-	-
Ações em tesouraria	7.416	5.553.257	-
Outros acionistas ("free floating")	421.355.575	393.124.836	201.549.295
Total	902.529.503	904.652.040	559.858.093

(b) **Movimentação das ações de capital:** Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	559.858.093	559.858.093	12.340.651	12.340.651
Adições	272.167.492	129.969.806	2.839	2.839
Reversões	(18.908.111)	(20.183.068)	(101.022)	(205.042)
Total	523.111.374	529.644.831	102.147	100.133

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	33.241	84.905	43.077	161.223
Adições	31.659	94.785	27.784	154.228
Reversões	(65.722)	(12.278)	(8.217)	(66.217)
Adições	2.658	2.288	3.020	7.966
Total	370.923	96.572	57.387	525.782

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

Em reunião do Conselho de Administração "RCA" realizada em 31 de março de 2022, foi homologado o aumento do capital social, aprovado em "RCA" realizada em 22 de dezembro de 2021, por subscrição particular, no valor de R\$ 468.040 com a emissão de 19.723.581 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 23,73 por ação. A integralização, a critério do acionista poderia ser feita com recursos dos juros sobre o capital próprio declarados na "RCA" que aprovou o referido aumento de capital. Em reuniões do Conselho de Administração "RCA" realizadas em 24 de janeiro de 2022, 31 de março de 2022, 25 de abril de 2022, 29 de setembro de 2022, 07 de novembro de 2022 e 29 de dezembro de 2022, foram aprovados os aumentos de capital no valor total de R\$ 50.866, com a emissão de 3.211.347 ações ordinárias, integralizadas com recursos financeiros. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011, conforme abaixo demonstrado:

Data "RCA"	Quantidade de ações	Valor
24/01/2022	233.319	7.562
31/03/2022	2.101	68
25/04/2022	5.859	190
29/09/2022	1.918.567	27.819
07/11/2022	774.266	11.227
29/12/2022	2.727.335	40.200
Total	3.211.347	50.866

Em reuniões do Conselho de Administração "RCA" realizadas em 15 de agosto de 2022, 29 de setembro de 2022 e 07 de novembro de 2022, foram aprovados os aumentos de capital no valor total de R\$ 29.902, com a emissão de 789.029 ações ordinárias, integralizadas com capitalização de reservas. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011, conforme abaixo demonstrado:

Data "RCA"	Quantidade de ações	Valor
15/08/2022	453.520	16.612
29/09/2022	285.520	10.459
07/11/2022	49.989	1.831
Total	789.029	28.902

Em reunião do Conselho de Administração "RCA" realizada em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado o cancelamento de 17500.000 ações ordinárias mantidas em tesouraria, no valor total de R\$ 587.871, contabilizado contra a reserva para novos empreendimentos. Em Assembleia Geral extraordinária "AGE", realizada em 10 de junho de 2021, que aprovou a cisão parcial de Lojas Americanas, com o acervo cindido incorporado à B2W Companhia Digital, com a alteração da razão social desta para Americanas S.A., foi aprovado também a redução do capital social no valor de R\$ 2.804.397 para absorção de prejuízos acumulados, sem a redução do número de ações do capital social e o aumento de capital no valor de R\$ 5.264.261 com a emissão de 339.355.391 ações ordinárias, passando o capital social, na data da supra citada "AGO" a importar em R\$ 14.805.034 representado por 899.441.153 ações ordinárias. Em Assembleia Geral extraordinária "AGE", realizada em 10 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$ 161,4, sem a emissão de novas ações, com o saldo residual da caixa do acervo remanescente de Lojas Americanas incorporado à Companhia, aprovado na supracitada AGE. Em reuniões do Conselho de Administração "RCA" foram aprovados, no exercício social de 2021, os aumentos de capital no valor total de R\$ 107.597, com a emissão, no exercício, de 5.438.556 ações ordinárias, sendo integralizadas 4.483.516 ações por capitalização de reservas e 975.040 ações com recursos financeiros. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011. As ações da Companhia detidas por Lojas Americanas na data da incorporação total da parcela remanescente do acervo vertido, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 10 de dezembro de 2021, foram transferidas proporcionalmente aos titulares das ações de Lojas Americanas em 26 de janeiro de 2022. A partir de 24 de janeiro de 2022, as ações de Lojas Americanas deixaram de ser negociadas.

(c) **Programa de recompra de ações de própria emissão:** Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado, nos termos do art. 30, §01, "b", da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 567/15, novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, que se encerrará em 21 de julho de 2023, até o limite de 17.500.000 ações ordinárias, para atender ao disposto nos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente, em operações públicas ou privadas (sujeitas às aprovações pertinentes), conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/2009.

	Ordinárias nominativas	Saldo em milhares de Reais
Aquisições no exercício social de 2021	5.553.257	227.604
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	5.553.257	227.604
Aquisições - Programa RCA 12/08/2021	11.946.743	360.267
Cancelamento de ações - RCA 28/01/2022	(17500.000)	(587.871)
Aquisições - Programa RCA 28/01/2022	8.353.910	229.028
Cancelamento de ações - RCA 22/12/2022	(8.346.494)	(228.825)
Em 31 de dezembro de 2022	7416	203

Custo médio de aquisição em 31 de dezembro de 2022 por ação - R\$: 27,37
 Valor de mercado em 31 de dezembro de 2022 por ação - R\$: 9,65

(d) **Reserva para novos empreendimentos:** A reserva para novos empreendimentos é constituída com base em orçamentos de capital, submetidos a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral e destina-se a planos de investimento futuros da Companhia e recompra de ações próprias para posterior cancelamento. (e) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como dest

jurídicos, deliberou atafar os diretores de suas funções e atividades na Companhia e suas controladas, durante o curso das apurações decorrentes do Fato Relevante publicado em 11 de janeiro de 2023, a referida deliberação foi ratificada pela destituição desses diretores em RCA realizada em 13 de junho de 2023. **(c) Financiamento extraconcursal.** Em RCA realizada em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 1ª Emissão de Debêntures em série única no montante de R\$ 2.000.000, com data base em 07 de fevereiro de 2023 e vencimento em 07 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do Di.a.a. base 252 dias úteis, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, por colocação privada, sendo, observado o disposto abaixo, uma primeira tranche de R\$ 1.002.603 e o restante, em janelas de prazos subsequentes, até o vencimento das debêntures. Em 6 de outubro de 2023 foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 500.632, relacionada ao Financiamento DIP nos termos da Lei 11.101/2005, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, nos termos aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2023. (Vide nota 1). **(d) Processo de Market Sounding.** Dando continuidade à reestruturação, a Companhia emitiu Comunicados ao mercado em 15 de maio de 2023 e 18 de maio de 2023, informando que iniciou processos de *Market Sounding* para a prospeção de interessados nas aquisições das participações, da Companhia, no Grupo Uni.co e no Hortifrutil Natural da Terra, respectivamente, conforme previsto no “Plano”. O processo de *Market Sounding* do Grupo Uni.co foi descontinuado conforme Comunicado ao mercado em 03 de outubro de 2023. Conforme divulgado em comunicado ao mercado datado em 06 de novembro de 2023, a Companhia informou que, decidiu nesse momento, suspender o processo de *Market Sounding* da UPI HNT e não tem planos de retornar os processos no curto prazo. A Companhia seguirá monitorando esses parâmetros para verificar a conveniência de retomar tais processos no futuro. **(e) Substituição de auditor do independente.** Ainda, conforme Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2023, o Conselho de Administração deliberou, por proposta da Diretoria e com a recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutária, a substituição da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”), auditores independentes da Companhia à Eproc, com a contratação da BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Limitada (“BDO”), para executar a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022 e o relazamento de demonstrações financeiras do exercício social de 2021, necessário em função do episódio de fraude comunicado pela Companhia em Fatos Relevantes de 13 e 14 de junho de 2023, bem como a revisão das demonstrações financeiras do exercício social iniciado em janeiro de 2023. **(f) Termo de encerramento parceria Vibra Energia S.A.** Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2023, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 24 de janeiro de 2023, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que celebrou, nesta data, um Termo de Encerramento de Parceria com a Vibra Energia S.A. (“Vibra”) referente ao encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A. (“Vem”) e “Encerramento”, respectivamente). O Encerramento segue substancialmente o mecanismo de segregação estabelecido no Acordo de Acionistas da Vem celebrado entre Americanas e Vibra em 31 de janeiro de 2022, e será implementado por meio de uma cisão parcial desproporcional da Vem (“Cisão”), sendo o acervo cindido – composto pelos ativos e passivos relacionados às lojas de pequeno varejo “BR Mania” – incorporado por uma nova sociedade constituída pela Vibra (“Sociedade

BR Mania”). Como resultado da Cisão, (i) a totalidade das ações de emissão da Vem de titularidade da Vibra serão canceladas; e (ii) a Americanas receberá determinado número de ações de emissão da Sociedade BR Mania que, ato contínuo, serão integralmente adquiridas pela Vibra mediante o pagamento, à vista, à Americanas do valor de aquisição de R\$192.000. Após a conclusão do Encerramento, (i) a Americanas passará a deter integralmente as ações de emissão da Vem, que será a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra será titular da totalidade das ações de emissão da Sociedade BR Mania, que será detentora das lojas de pequeno varejo “BR Mania”. Ademais, mediante o Encerramento, a Americanas alterará a razão social de Vem Conveniência S.A. cuja marca passará a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania. De acordo com Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de outubro de 2023, o juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Capital do Estado do Rio de Janeiro autorizou o desfazimento da joint venture com a Vibra Energia S.A., para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, desenvolvida através da Vem. **(f) Continuidade do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II.** O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II (“FIDC II”) (Nota 8 (a)), é formado por quotas subordinadas e quotas sênior. A Companhia, detentora das cotas subordinadas do (“FIDC II”) decretou recuperação judicial em 19/01/2023 (nota 1). Os recursos captados pelo (“FIDC II”) através das quotas sênior, pertencentes a investidores, eram utilizados para antecipação dos recebíveis da Companhia. Em decorrência da decretação da recuperação judicial e em consonância com o capítulo 16 do regulamento do (“FIDC II”) essas quotas sêniores foram resgatadas antecipadamente, no decorrer do ano de 2023. O resgate ocorreu à medida em que o saldo dos recebíveis existentes, a partir da data da decretação da recuperação judicial, eram realçados, extinguindo-se o saldo total dessas quotas sênior no mês de maio de 2023. Atualmente o patrimônio do (“FIDC II”) está composto pelas quotas subordinadas, com saldo em 31.12.2022 de R\$ 178.188. A continuidade operacional ou liquidação do (“FIDC II”) está vinculada a decisão da administração e em conformidade com o desenrolar dos atos conclusos da Assembleia de credores e da recuperação judicial. **(g) Aquisição da Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A..** Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., efetuou o pagamento do preço de compra detalhado abaixo e, desta forma, concluiu a aquisição de 100% e do controle sobre a Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”). A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (TPA). Atua, ainda, como Bank as a Service (Baas) e Regtech, integrando fintechs ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas. A aquisição da Parati é mais um importante marco na rápida trajetória de sucesso da Ame, impulsionando seu plano estratégico de negócio e permitindo disponibilizar diretamente um portfólio de soluções de crédito e investimentos para os integrantes do ecossistema Americanas. A transação para aquisição da totalidade das ações da Parati envolveu um pagamento de R\$ 35.691, em caixa. A Companhia iniciou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra e, até a presente data, o ágio resultante desses estudos iniciais perfaz o montante de R\$ 17629, conforme demonstrado abaixo. O Pronunciamento Técnico CPC 15 estabelece um prazo para conclusão da mensuração de até 1 ano da data de aquisição – período no qual a Companhia espera concluir a contabilização desta

combinação de negócios. O valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos, assim como o ágio preliminar desta combinação de negócios são como a seguir:	
Ativos adquiridos e (passivos assumidos)	15.882
Caixa e equivalentes de caixa	38.465
Relações interfinanceiras	2.671
Operações de crédito - circulante	5.161
Outros ativos circulantes	4.031
Operações de crédito - não circulante	19
Intangível - Licença de operação SCFI	6.246
Depósitos de livre movimentação	(16.000)
Depósitos de prazo	(24.179)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(683)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(2.451)
Outras obrigações	(11.100)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (1)	18.692
Contraprestação transferida (2)	35.691
Ágio preliminar (2) - (1)	17629

O ágio apurado, de R\$ 17.629, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), uma vez que a aquisição permitirá à Companhia fornecer serviços relacionados à concessão de crédito e outras soluções financeiras, incluindo conta digital, cartão de crédito, cartão pré-pago, empréstimos, PIX e outros, tanto para clientes Pessoa-Física quanto para estabelecimentos comerciais. O benefício econômico da licença de operação SCFI, de vida útil indeterminada, provém da aquisição do ativo pronto para uso, não havendo necessidade, por parte da adquirente, de despendir tempo na constituição dele. Desta forma, procedemos à avaliação de tal ativo pela metodologia *“With and Without Method”*, que calcula o valor de um ativo a partir da elaboração de cenários nos quais (i) a empresa detém o ativo (with) e (ii) a empresa não possui e necessita adquirir ativo (without). **(h) Novo Mercado (B3).** A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissoras do B3 profereu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao regulamento do segmento de listagem, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 condenou os antigos administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia. A Companhia respeitou, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3 e apresentará recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso, conforme detalhado na nota 1 - Contexto Operacional - no subitem **Governança e Medidas Tomadas pela Companhia.**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	DIRETOR DE CONTROLADORIA E TRIBUTOS David Tavares Neves Nunes - CRC/RJ 068.013/O-3	CONTADOR Alessandro Rocco Di Sant’Anna Langone - CRC/RJ 126.887/O-3
---------------------------	-----------------------	---	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, analisou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a representação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, emitido, em 14 de novembro de 2023, pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., com abstenção de opinião. Como parte integrante dos trabalhos, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Administração da Companhia, tanto com a Diretoria quanto com o Conselho de Administração e com a auditoria interna, bem como com os demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Foram feitas, também, reuniões com a empresa de Auditoria Externa da Companhia, o Comitê de Auditoria e o Comitê Independente, constituído para apurar as circunstâncias que ocasionaram os fatos reportados no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023. Nessas ocasiões, o Conselho Fiscal fez as solicitações e apurações que considerou pertinentes, visando o entendimento de questões contábeis, financeiras, fiscais, patrimoniais, jurídicas e de gestão, notadamente buscando analisar seu reflexo nas referidas Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, o Conselho Fiscal destaca os esforços da Administração atual, para apresentar a versão mais fidedigna possível da situação econômico-financeira da Companhia nas referidas datas-bases. Entretanto, o Conselho Fiscal considerando o teor do Relatório do Auditor Independente, ressalta para os Srs. Acionistas economicamente os itens indicados na “Base para abstenção de opinião”: Assim, o Conselho Fiscal, tendo em vista seus deveres legais e os esclarecimentos prestados pela Administração e pelo Auditor Independente, por unanimidade, conclui que as Demonstrações Financeiras, com as justificativas para abstenção de opinião e dentro dos limites destacados pelo Auditor Independente, bem como considerando as restrições e circunstâncias práticas inerentes à atual realidade da Companhia, reúnem as condições possíveis para sua apreciação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023
Conselheiros: Carlos Alberto de Souza - Ricardo Scalzo - Vicente Antonio de Castro Ferreira - Raphael Manhães Martins - Anderson dos Santos Amorim

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Americanas S.A. - em recuperação judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo as ressalvas constantes do referido parecer, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023.
 Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, no uso de suas atribuições estatutárias, após examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, emite o presente parecer. Conforme divulgado em Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Após a identificação das inconsistências, a Companhia informou a criação de Comitê Independente pelo Conselho de Administração, para (i) apurar a origem, a extensão e o conseqüente impacto das inconsistências contábeis no resultado final do Grupo Americanas; e (ii) recomendar medidas a serem adotadas para corrigir as inconsistências contábeis. Ainda, em razão dos efeitos das referidas inconsistências, a Companhia, seus assessores e seus auditores independentes, iniciaram os trabalhos de revisão e avaliação das demonstrações financeiras da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2023. O Comitê Independente ainda não concluiu suas investigações e não apresentou um relatório, contudo, no curso das apurações, o Comitê Independente selecionou um conjunto de evidências que considerou relevantes e deu ciência ao Conselho de Administração. Os documentos contendo tais evidências foram submetidos à avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, que, após uma criteriosa análise, produziram o relatório de 12 de junho de 2023, contendo achados preliminares acerca dos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023 (“Relatório”). As informações do Relatório, associadas aos trabalhos de refazimento das demonstrações financeiras históricas da Companhia realizados pela Americanas e seus assessores financeiros e contábeis, levaram ao entendimento de que os atos que culminaram na ocorrência das distorções incluem, principalmente, (i) operações financeiras conhecidas como risco sacado, que não tinham sendo consistentemente refletidas no balanço da Companhia; e (ii) lançamentos indevidos na rubrica Redutores da conta Fornecedores, por meio de contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes. Estes achados preliminares levaram a Companhia e seus assessores à conclusão preliminar de fraudes perpetradas pela antiga administração e não reportadas que o usual tendo em vista a falta de confiabilidade das bases de comparação referentes aos exercícios anteriores em decorrência da fraude. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando, ainda, as conclusões da auditoria independente com as abstenções e ressalvas, o Comitê de Auditoria emite, por unanimidade, o presente Parecer, a fim de opinar favoravelmente às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023
Membros do Comitê de Auditoria: Vanessa Claro Lopes - Eduardo Seixas - Mauro Muratório Nott

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Diretores da Americanas S.A. - em recuperação judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo as ressalvas constantes do referido parecer, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023.
 Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** Rio de Janeiro - RJ

Abstenção de Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** (“Companhia”, “Controladora” ou “Americanas”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Plano de Recuperação Judicial - análise de continuidade operacional e avaliação de valor recuperável de ativos

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 19 de janeiro de 2023, a Americanas e determinadas controladas diretas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido, na mesma data, pelo juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), nos termos da Lei nº 11.101/2005. Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e o “Juízo” autorizou, em 09 de fevereiro de 2023, financiamento extraconcursal na modalidade *“debtor-in-possession”* (DIP), por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 2 bilhões (“Financiamento DIP”). A primeira tranche do Financiamento DIP foi integralizada pelos acionistas de referência da Companhia, mediante aportes no valor de R\$ 1.002.603 mil em 13 de fevereiro de 2023 e no valor de R\$ 500.632 mil em 6 de outubro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito das negociações conduzidas junto aos credores financeiros e proposta apresentada com o auxílio de assessor externo e que envolve, dentre outras etapas, o compromisso dos acionistas de referência de realizar aporte, em aumento de capital privado, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando os recursos já aportados no Financiamento DIP). Até a data de conclusão de nossos trabalhos, as negociações entre a Companhia e seus credores ainda se encontram em andamento, inclusive perante o Poder Judiciário e incluindo, discussões e questionamentos sobre o Plano e sobre o quadro geral de credores. Em decorrência desses assuntos: (i) discussões e questionamentos sobre o Plano e sobre a posição de endividamento da Companhia e suas controladas; e (ii) da pervasividade existente no contexto da elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, bem como o cenário de múltiplas incertezas, não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos, passivos e elementos componentes das demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Adicionalmente, a Administração preparou um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperação de Ativos, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas nas Notas Explicativas nºs 1 e 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia, suas controladas e seu investimento em controlada em conjunto, nas operações futuras de cada uma dessas sociedades, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos (individuais e consolidados) dos ativos e financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e aos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, no que diz respeito aos elementos componentes das demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Investigação independente em curso e outros aspectos de governança

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 11 de janeiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Numa análise preliminar, a área contábil da Companhia estimava que os valores das inconsistências seriam na dimensão de R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022, não sendo possível, na ocasião, determinar todos os impactos de tais inconsistências nas demonstrações de resultado e nos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Companhia. Entre as inconsistências mencionadas acima, a área contábil da Companhia identificou a existência de lançamentos de financiamentos de compras em valores da mesma ordem acima, ou seja, R\$ 20 bilhões, nas quais a Companhia seria devedora perante instituições financeiras e que não se encontravam devidamente reconhecidas em suas demonstrações contábeis históricas, individuais e consolidadas. Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis (“Comitê Independente”). O Comitê Independente tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com ex-executivos e profissionais da Companhia, elaboraram materiais preliminares com o objetivo de atualizar a Administração e o Conselho de Administração da Companhia sobre o andamento e “achados” durante a investigação independente, contemplando, inclusive, a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação emitida aos auditores independentes. Em 03 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito do afastamento de diretores estatutários e executivos da Companhia e de suas controladas, considerando outras medidas já implementadas e que, conforme descrito no mesmo fato relevante, tiveram o objetivo de garantir a integridade e preservação de informações e documentos da Companhia e contribuir com as apurações em curso. Complementarmente, como também mencionado na referida Nota Explicativa e em fatos relevantes divulgados em 13 e 14 de junho de 2023, assessores jurídicos da Companhia (“Assessores”) apresentaram ao Conselho de Administração relatório contendo “achados” preliminares acerca dos fatos narrados no fato relevante de 11 de janeiro de 2023 sobre lançamentos contábeis (“Relatório”). O Relatório indica que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas vinham sendo “traudadas pela sua diretoria anterior”, bem como trazem esclarecimentos adicionais sobre o contexto das inconsistências de registros contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os levantamentos e as avaliações das distorções foram realizados pela Companhia, e os seus impactos foram registrados nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de 2022, em relação às demonstrações contábeis comparativas de 2021, e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021. Além dos assuntos mencionados acima, destacamos que, com base em informações recebidas do Comitê Independente, informações obtidas com a Companhia e informações públicas:

- A investigação conduzida pelo Comitê Independente ainda está em curso, de modo que documentos e informações ainda estão sob revisão, inclusive quanto à sua integridade e suficiência. Ainda estão sendo realizados procedimentos e protocolos da investigação que consideram eventos ocorridos até a data do fato relevante de 11 de janeiro de 2023. Até a presente data, não recebemos relatórios e não tivemos acesso a nenhuma conclusão dessa investigação independente;
- Encontram-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores

Mobilários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”), dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos. Com exceção de decisão da B3 divulgada pela Companhia em fato relevante de 08 de novembro de 2023, essas investigações são conduzidas sob sigilo e, por isso, não tivemos acesso ao seu conteúdo até a data de emissão de nosso relatório;

- Em 08 de novembro de 2023, fomos informados pela Administração da Companhia acerca de investigação interna, originada de canal de denúncia. Essa investigação está sendo conduzida pela Administração da Companhia e comunicada aos demais órgãos da governança da Companhia. Em função da situação anteriormente descrita, não tivemos condições de avaliar os possíveis impactos, dessa investigação interna, sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Esse assunto não foi considerado no planejamento dos nossos procedimentos de auditoria.

Diante da identificação de deficiências significativas nos controles internos e ambiente de tecnologia da Companhia, do fato de a sanção imposta pela B3 no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo, do fato de haver investigação em curso conduzida pelo Comitê Independente dentro do escopo do plano de trabalho definido, além dos fatos mencionados anteriormente, a obtenção de evidências apropriadas e suficientes não foi possível nem mesmo com (i) procedimentos de avaliação de processos e análises de lançamentos manuais e outros ajustes realizados nos registros contábeis durante a elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, visando apurar a existência de ajustes significativos anormais ou incomuns, o entendimento e a avaliação das razões pelas quais os ajustes foram realizados pela Companhia e suas controladas, assim como (ii) verificação e análise de documentos e transações existentes, principalmente de resultado. Dessa forma, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, assim com nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, comparativas de 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas Notas Explicativas.

Avaliação de estoques e seus reflexos no contexto da contratação subsequente dos auditores independentes

Fomos nomeados auditores da Companhia e suas controladas após 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não acompanhamos as contagens físicas dos estoques no início e no final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para fins de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, desses exercícios e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021. Não nos foi possível concluir por meios alternativos quanto aos saldos na Rubrica “Estoques” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, cujos montantes são, respectivamente, na Companhia de R\$ 3.611.203 mil, R\$ 4.930.933 mil e R\$ 1.955.585 mil e, respectivamente, no consolidado de R\$ 3.700.280 mil, R\$ 5.303.972 mil e R\$ 1.701.658 mil, e quanto à Rubrica “Custos das Mercadorias Vendidas” em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujos montantes são, respectivamente, na Companhia de R\$ 19.088.846 mil e R\$ 17.588.359 mil e, respectivamente, no consolidado de R\$ 20.192.083 mil e R\$ 17.982.422 mil, e determinar a existência de eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021.

- Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas às controladas: ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), Shpp do Brasil Tecnologia Ltda. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida) e Grupo Uni.Co S.A. (uma solicitação não respondida);
- Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas à Companhia (duas solicitações não respondidas), e as respostas não obtidas em relação às controladas: ST Importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), IF Capital Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida), Click Roda Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BWU Entretenimento Ltda. (duas solicitações não respondidas), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida);
- Em relação aos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas à Companhia (quatro solicitações não respondidas), e as respostas não obtidas em relação às controladas: Supernow Portal e Serviços de Internet Ltda (uma solicitação não respondida), ST Importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Click Roda Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida).

Diante das circunstâncias acima, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, inclusive por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nem formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos dessas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, e, nem sobre as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando, dentre outros aspectos, divulgações em notas explicativas, transações e saldos relacionados às instituições financeiras. Em relação ao Risco Sacado não obtivemos a confirmação das transações em relação a uma instituição financeira, na Companhia e consolidado, cujos montantes são, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 295.950 mil e, em 1º de janeiro de 2021, de R\$ 299.584 mil.

Auditoria da controlada AME Digital

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia possui investimentos e outras transações em montantes significativos com a controlada AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda., que a partir de 2021 passou a ser subsidiária da Ame Holding Ltda. (“AME Digital”). Contudo, até a data da emissão desse relatório, os procedimentos de auditoria na controlada AME Digital ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que possam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e dos saldos em 1º de janeiro de 2021. A Companhia possui saldo e transações registradas na rubrica contábil Investimentos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e em 1º de janeiro de 2021, nos montantes de R\$ 234.515 mil, R\$ 854.134 mil e R\$ 110.829 mil, respectivamente, bem como no Resultado de Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de R\$ 15.089 mil (ganho) e R\$ 437.137 mil (perda), respectivamente.

Composição e análises de saldos da reestruturação societária de Lojas Americanas S.A. em 2021 - aspectos impeditivos de reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1, 2 e 14 (b) às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2021 (sendo parcialmente realizados em 10 de junho de 2021, em relação aos impactos estimados da posição de ativos líquidos das Lojas Americanas S.A., incorporada nessa data de forma parcial), diante dos fatos relevantes divulgados em 11 de janeiro, 13 de junho e 14 de junho de 2023 e das incorreções contábeis detectadas na investigação independente em curso e em levantamentos realizados pela Administração. Essas distorções foram corrigidas sobre as bases de elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, originalmente divulgadas e que contemplavam os acervos líquidos incorporados das Lojas Americanas S.A. em 10 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021, respectivamente de R\$ 6.429.362 mil e R\$ 146.204 mil. Não nos foram apresentadas as bases de tais informações contábeis e as análises realizadas pela Administração da Companhia, nem nos foi confirmado se o acervo líquido contábil da Lojas Americanas S.A. foi adequadamente levantado e incorporado nas datas acima mencionadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Conseqüentemente, não nos foi possível reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre essas informações e se suas respectivas divulgações estão apropriadas e suficientes.

Representação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, comparativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ajustes de saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021 - circunstâncias impeditivas de reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 e nos saldos em 1º de janeiro de 2021 (sendo parcialmente realizados em 10 de junho de 2021, em relação aos impactos estimados da posição de ativos líquidos das Lojas Americanas S.A., incorporada nessa data de forma parcial), diante dos fatos relevantes divulgados em 11 de janeiro, 13 de junho e 14 de junho de 2023 e das incorreções contábeis detectadas nas investigações em curso e em levantamentos realizados pela Administração, envolvendo principalmente os impactos decorrentes de registro de verbas de propaganda cooperada (VPC) em diversas rubricas contábeis, reclassificação de transações de risco sacado, reclassificação de endividamento financeiro, mensuração de riscos com contingências, baixa de recebíveis com dificuldade de realização no

contexto a receber, recuperação de ativos não financeiros (investimentos, imobilizado, intangível, incluindo ágio com base em expectativa de rentabilidade futura, marcas), pressuposto de reconhecimento de arrendamentos (ativo direito de uso e passivo de arrendamento), conforme o CPC 06 R2 - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases), além de outros aspectos decorrentes de análise de conciliação de saldos contábeis. Essas distorções foram corrigidas sobre as bases de elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas originalmente divulgadas, cujos trabalhos de auditoria foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram (i) relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 24 de fevereiro de 2022, sem ressalvas; e (ii) relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com data de 1º de março de 2021, sem ressalvas, cujas informações específicas, relacionadas ao balanço patrimonial